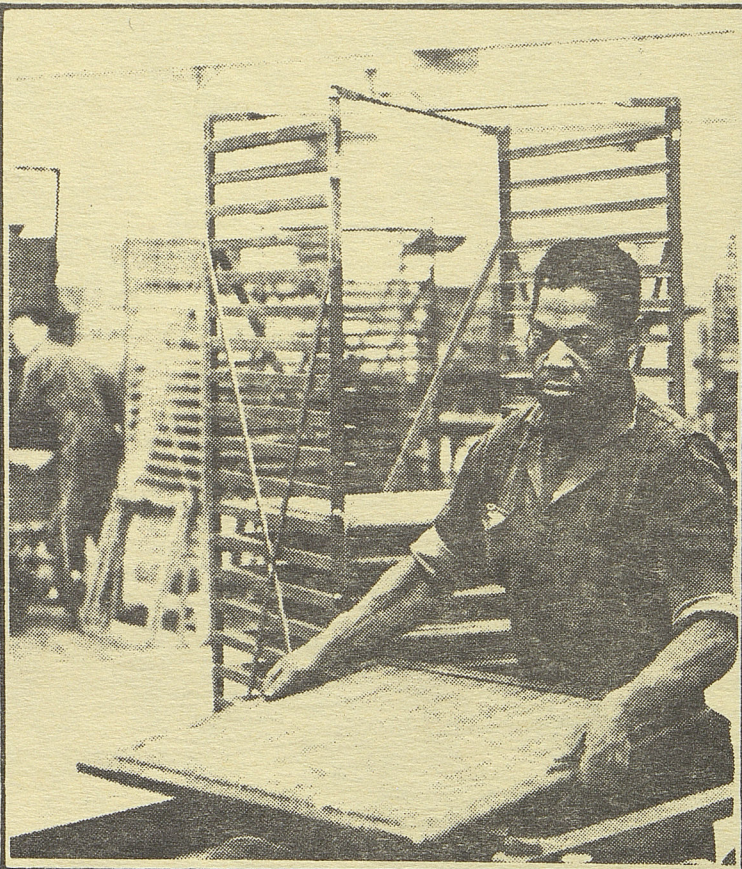
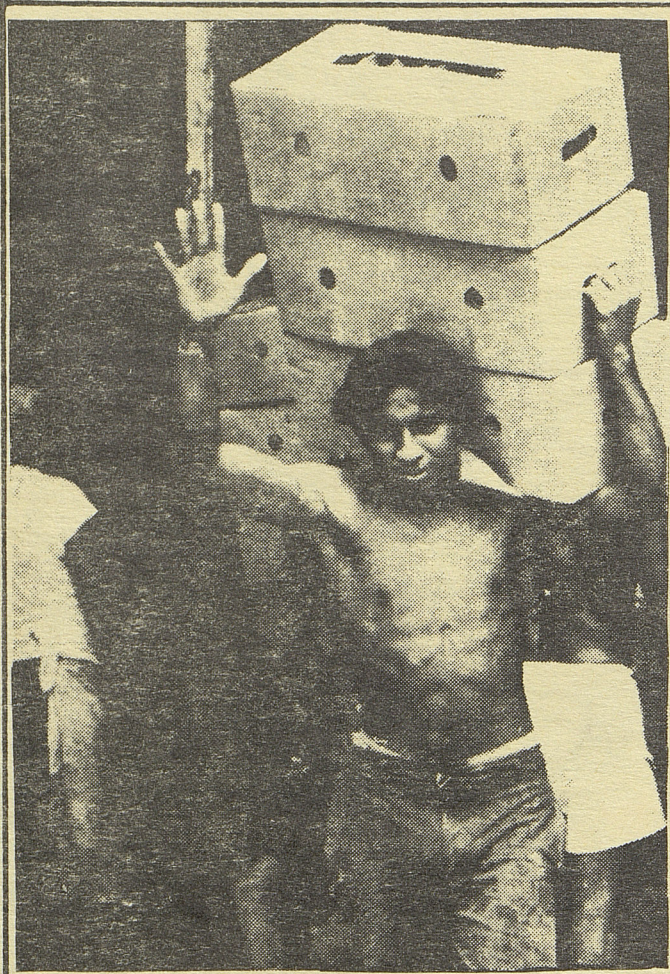


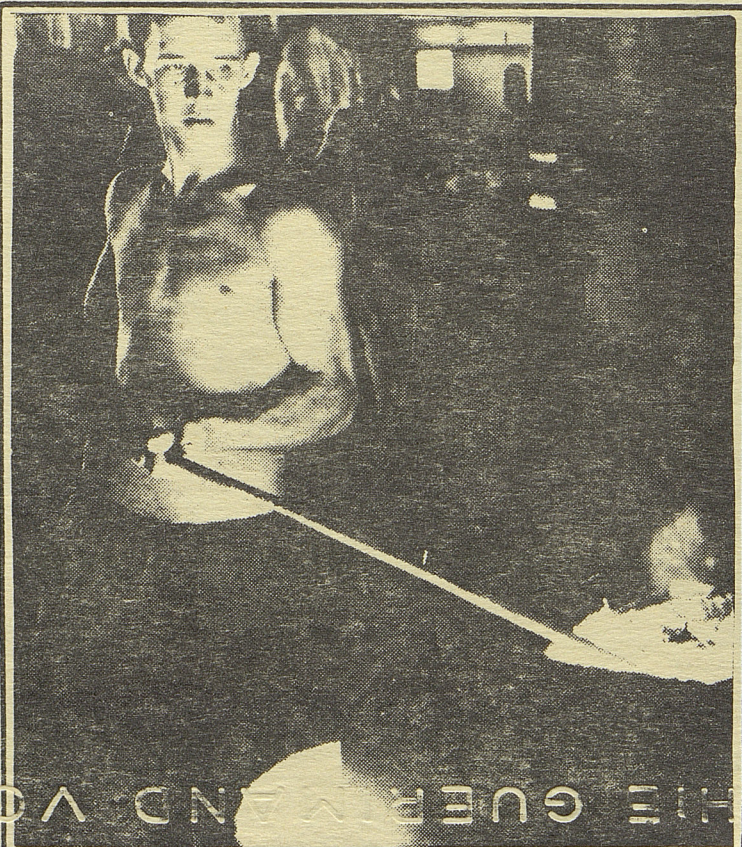
65

DEBATE 15



SUCCESSÃO
ECONOMIA BRASILEIRA

MAIO 74



THE GUERRAND VOLBON 878

APRESENTAÇÃO

1

Os primeiros frutos do lento e penoso processo de auto-crítica dos marxistas brasileiros se refletem na evolução de DEBATE em seus quinze primeiros números. O esforço teórico em vista de analisar e compreender a realidade brasileira constitui-se não somente pela apresentação de diferentes contribuições e documentos oriundos de outros setores e correntes de nosso movimento revolucionário, em especial dos marxistas, mas também pela formação de um conjunto de militantes dispostos a contribuir regularmente e compromissadamente com a renovação do marxismo em nosso país através da elaboração teórica estreitamente vinculada à luta ideológica e às grandes tarefas políticas do movimento socialista do Brasil. Não é pois por acaso que no presente número todas as matérias sejam assinadas por nossos militantes. É com satisfação que constatamos ter reunido, ao longo dos quatro anos de existência de DEBATE, os recursos humanos capazes de responder, do ponto de vista revolucionário do marxismo, às grandes preocupações relativas à compreensão do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira e das condições objetivas de sua transformação. Isto não significa em absoluto que abandonamos a outra grande linha de trabalho de nossa publicação, de veicular o ponto de vista e a contribuição de todos os militantes que integram a oposição socialista no Brasil, e cuja reunificação é necessária, tanto no plano da teoria quanto da ação prática, para que cumpramos a grande tarefa histórica da derrubada da ditadura e da conquista da democracia revolucionária.

A grande atualidade das questões discutidas por nossos militantes neste número nos obrigou, ainda uma vez a adiar a publicação da parte final do "Balanço ideológica" de ex-militantes da ALA e da VPR-1. Embora sejam grandes nossas divergências em relação a este documento -que inclusive alguns de seus co-autores consideram ultrapassado-, mantemos nossa posição de publicá-lo até o fim, por termos assumido um compromisso de princípio com a divulgação de todos os materiais auto-críticos produzidos no período da derrocada do militarismo. Cumpriremos com este compromisso, como já cumprimos com os outros.

Impunha-se que o tema de nosso editorial fosse a sucessão. Vemos na mudança de ditador uma oportunidade para confirmar algumas idéias formuladas em DEBATE-6 e DEBATE-7 (abril e setembro 1971), desenvolver algumas hipóteses sobre a política do novo governo ditatorial e abrir discussão sobre a atitude dos marxistas brasileiros na luta pela democracia e em especial na formação da frente anti-ditadura. Como adendo a este editorial fazemos um primeiro pronunciamento (já que não o julgamos suficiente nossa posição definitiva) sobre o documento Por uma frente patriótica contra o fascismo, do CC do PCB, publicado em Voz Operária de dezembro 1973. Combinado à análise da frente anti-ditadura feita no editorial, este adendo constitui, de nossa parte, uma abertura de discussão sobre o conteúdo das lutas imediatas capazes de criar nova dinâmica anti-ditadura em nosso país. O artigo de nossos companheiros Alice Paiva e Pedro Alves consubstancia, de resto, nossas críticas ao programa do PCB, tal como está exposto nas resoluções do V e VI Congressos deste partido.

Quatro artigos de fundo levam adiante, no presente número, o processo de aprofundamento e desenvolvimento teórico de nosso Projeto de plataforma. A. Silva desenvolve a análise do setor agrário, estudando a "crise" da carne, Fernando de Andrade discute a teoria do capitalismo monopolista de Estado e sua aplicação no Brasil, Marta Alves estuda o setor estatal através do petróleo e Joana Almeida desenvolve a questão da dominação imperialista sobre a economia nacional examinando o problema dos capitais estrangeiros no Brasil.

SUCCESSÃO : DEZ ANOS DE DITADURA E A LUTA PELA DEMOCRACIA

Conhecer as forças do inimigo é condição indispensável para a elaboração do programa marxista-leninista da revolução social e para explorar com clareza e decisão suas fraquezas e contradições. Conhecer nossas próprias forças é condição ainda mais indispensável para conduzir com consequência a luta contra a ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios, permitindo uma justa avaliação da correlação de forças entre todas as camadas democráticas e anti-monopolistas da população, e as forças dos monopólios e do Estado terrorista, e sobre esta base, a formulação de uma correta política de alianças entre a classe operária e os trabalhadores do campo -forças motrizes da democracia e todas as demais classes e camadas não-monopolistas da população, unindo o povo todo na conquista revolucionária da democracia e criando, pela derrubada da ditadura, condições que abrirão a via brasileira para o socialismo. Coincidindo com o décimo aniversário do golpe militar de 31 de março e 1 de abril de 1964, a sucessão Garrastazu/Geisel cristaliza as perguntas que os revolucionários, especialmente os marxistas-leninistas, devem formular a respeito da dinâmica do regime, da composição e correlação de forças no interior das classes dominantes, das tarefas da luta democrática e anti-imperialista.

Os militantes de DEBATE, esforçando-se por desenvolver com consequência as três tarefas centrais que preconizaram em seu Projeto de plataforma (aprofundar a luta ideológica, ligar-se às massas, contribuir à reunificação dos marxistas-leninistas do Brasil), formulam e propõem respostas às principais perguntas que suscita a situação atual de nosso país e a luta por sua transformação. Pretendem com esta iniciativa não somente orientar sua própria ação mas favorecer a causa da unidade de todos os democratas e patriotas que levantam em nosso país submetido ao terrorismo militar e expoliado pelos grandes monopólios estrangeiros e nacionais a bandeira da liberdade e do progresso econômico e social de nosso povo.

(1) Como evoluíram as classes dominantes nos dez anos de ditadura?

O resultado histórico do golpe reacionário de 31 de março de 1964 foi a afirmação da hegemonia da burguesia monopolista na economia e na sociedade brasileiras através de um regime de ditadura militar cujo caráter terrorista foi se acentuando progressivamente, e através do qual o Alto-Comando das Forças Armadas foi assumindo o completo controle do aparelho de Estado. Desferido contra o governo de João Goulart que, apoiado pelo PCB, pelo nacionalismo burguês, pelo movimento sindical, pelas correntes democráticas e anti-imperialistas da população, representava a via nacional e democrática do desenvolvimento do capitalismo em nosso país e lutava, num processo de crescente mobilização das massas populares, notadamente da classe operária e do campesinato, pela aprovação das "reformas de base". O golpe reacionário, que de início mobilizou e uniu os setores reacionários da população em torno dos militares golpistas, temerosos diante da ascensão do movimento de massas, acabou abrindo a via à concentração monopolista acelerada, à submissão da economia nacional aos interesses dos grandes monopólios e dos governos imperialistas, sobretudo dos Estados Unidos, e do terrorismo de Estado. É o que os porta-vozes do regime chamam de "binômio segurança-desenvolvimento".

A consolidação da hegemonia da burguesia monopolista ao longo destes dez anos criou alguns descontentamentos nos setores das classes dominantes que não puderam se beneficiar ou foram mesmo diretamente prejudicados pela concentração da produção e pelo ritmo da acumulação,

sobretudo na medida em que, abertas largamente as portas da economia nacional aos monopólios estrangeiros, a concorrência tornou-se ainda mais árdua para os pequenos e médios capitalistas nacionais, muitos dos quais acabaram sendo expelidos do processo produtivo, reforçando-se assim ainda mais a centralização do capital. É que, como assinala nosso Projeto de plataforma, "a transformação monopolista supunha, num país capitalista atrasado como o Brasil, que se importasse parcela considerável dos meios de produção necessários à ampliação do aparelho produtivo", favorecendo-se desta forma a penetração dos grupos monopolistas estrangeiros em nossa indústria e em nossa economia em geral. "Para manter o ritmo de expansão econômica, era necessário realizar importantes investimentos ao nível da infraestrutura do aparelho produtivo (produção de energia, sistema de transportes e de comunicações, etc.), instalar novos ramos industriais complexos (petroquímica), assegurar um constante afluxo de capitais, salvaguardar a "credibilidade" do sistema financeiro - garantindo com medidas como o combate à inflação a conversibilidade da moeda nacional, etc. Medidas todas que supunham um "governo forte", uma "democracia dirigida", como dizem certos sicofantes a serviço da ditadura, isto é, o arrocho salarial, a repressão anti-operária e a subordinação do conjunto da vida econômica e social do país à lógica da acumulação monopolista" (Projeto de plataforma, DEBATE-12, pp.16-17). Uma das consequências desta política econômica, nota ainda o Projeto de plataforma, foi a "modificação da política tributária e creditícia em detrimento da pequena e média burguesia".

A velha oligarquia latifundiária, embora tendo preservado suas terras graças à impiedosa repressão sobre o movimento campones, teve diminuído seu peso específico no interior das classes dominantes, tanto no plano econômico (na medida em que a propriedade do Capital se torna cada vez mais importante em relação ao simples monopólio da Terra como meio de expropriar o sobre-trabalho dos trabalhadores do campo) quanto no plano político (na medida em que a centralização do aparelho de Estado e a concentração de poderes nas mãos do Alto-Comando das Forças Armadas esvazia o "coronelismo", tornando irrelevante o "poder local" no campo como forma de influir no poder de Estado.

Esta reorganização da aliança de classes no poder implicou em enfrentamentos multiformes, alguns tendo assumido a forma de luta política aberta, como o foi a "Frente Ampla", cujo manifesto inicial, assinado por Carlos Lacerda -que dispensa apresentações- não hesitava em classificar o então ditador Castelo Branco de "neo-fascista". E na verdade pode-se dizer que a maioria dos Atos Institucionais (embora não os mais importantes, o Ato-1 e o Ato-5) dirigiram-se em boa medida contra os setores descontentes da burguesia e das camadas médias. Mesmo o Ato-5, que visava essencialmente impedir a retomada das lutas populares após 1968, voltou-se também, como se sabe, contra a ala liberal da burguesia, na pessoa de seus representantes no Congresso. Cabe igualmente lembrar que três importantes crises ministeriais, cada uma delas opondo à orientação dos monopólios, fielmente defendida por Delfim Neto, um ministro descontente, representante um setor igualmente descontente das classes dominantes: as rixas Delfim X Albuquerque Lima, Delfim X Yassuda e Delfim X Cirne Lima mostraram claramente que a monopolização crescente da economia exacerbava contradições no interior da aliança de classes que domina o país. Nestas crises o ponto de vista da acumulação monopolista acelerada impôs-se ao nacionalismo de direita, estatizante, do general Albuquerque Lima, e por duas vezes (com certo estardalhaço no "caso Cirne") aos interesses agrários.

A plena afirmação da hegemonia dos interesses ligados à acumulação monopolista acelerada esteve estreitamente ligada à concentração cada vez mais completa do poder de Estado nas mãos do Alto-Comando das For-

ças Armadas : ainda aqui o "binômio segurança-desenvolvimento" manifestou-se em sua verdadeira natureza, de binômio terrorismo de Estado-hegemonia dos monopólios. Este duplo processo clarificou as contradições no interior das classes dominantes de maneira tanto mais sensível quanto mais drásticos foram os métodos empregados, em cada caso, para fazer valer a lógica dos interesses monopolistas e do despotismo militar. E os problemas mais sérios para o regime surgiram exatamente na medida em que nem sempre os dois termos do "binômio" estiveram em perfeita harmonia, isto é, na medida em que nem sempre os interesses dominantes na economia e na sociedade encontraram na organização existente do poder de Estado sua expressão mais adequada. É que a grande burguesia pode perfeitamente abdicar do controle direto do poder de Estado desde que seus interesses de classe essenciais estejam salvaguardados. Ela aceita o terrorismo de Estado (isto é, o contrário do liberalismo político) mas se torna imediatamente apreensiva e reticente quando o liberalismo econômico é ameaçado. A "tendência à estatização" assusta tanto a estes setores -associados direta ou indiretamente aos monopólios estrangeiros, sobretudo norte-americanos- quanto a tendência à "desnacionalização" aos setores da burguesia cujos interesses se chocam com os do capital estrangeiro e de seus sócios nacionais. O fato de que se desenvolvam tendências contraditórias e complementares de "estatização" e de "desnacionalização" sintetiza por si só as contradições da acumulação monopolista em nosso país, ao mesmo tempo que coloca graves problemas para o regime. A burguesia monopolista associada aos monopólios estrangeiros é a que se inquieta mais com a concentração de poderes nas mãos do Alto-Comando Militar, assim como com o "avanço da estatização": é ela quem teria mais a perder com uma eventual mudança de orientação do regime em caso de dificuldades econômicas crescentes, como as que se anunciam através da mudança da conjuntura internacional aumentando o preço das importações essenciais e endurecendo ainda mais a concorrência inter-imperialista. Compreende-se assim que o desejo de "descompressão" manifestado por alguns de seus porta-vozes mais característicos (a começar de grandes órgãos de imprensa como o Estado de São Paulo e o Jornal do Brasil) tem raízes econômicas bastante precisas.

(2) A sucessão Geisel/Garrastazu constituiu um fato político importante?

A dramática opressão a que nosso povo é submetido contrasta com a comédia montada pela ditadura para "institucionalizar" mecanismos de sucessão. Dos esforços de Filinto Muller para adiar o "debate sucessório" ao festival de gorilas que marcou a posse do novo ditador, passando pela ratificação no "colégio eleitoral" da indicação de Geisel, o povo só viu uma coisa : que essa troca de generais nada teve a ver com a aparência de "legalidade" com que a ditadura procurou revestir sua solução para o "problema sucessório". A atitude da oposição oficial (MDB) que poderia ter sido positiva se tivesse efetivamente utilizado os poucos recursos legais permitidos por esta farsa para denunciar a concentração da renda ou agitar o tema da luta contra o Ato-5, acabou, devido à vitória da ala "moderada" do MDB e com o inócuo "discurso eleitoral" do "anti-candidato" Ulisses Guimarães, por caucionar o mecanismo sucessório.

A sucessão não significou mudança alguma no caráter de classe do regime e não abalou os alicerces em que se fundamenta a unidade das classes dominantes : o arrocho salarial e a repressão ao movimento popular. No entanto, as iniciativas tomadas pela equipe de Geisel durante os meses que precederam sua posse, assim como as primeiras medidas do novo governo deixaram claras as dificuldades que terá de enfrentar. Entre elas, sobressai a de aplacar descontentamentos no interior da aliança de classes no poder. As diversas viagens de Geisel durante sua "campanha eleitoral" tiveram o nítido sentido de buscar entendimento com os latifundiários e

capitalistas do campo. No entanto, pronunciamentos de alguns dos mais qualificados porta-vozes da burguesia monopolista associada, entre os quais Roberto Campos, fixaram com clareza os limites para entendimentos entre os grandes monopólios e os setores não-hegemônicos das classes dominantes. Num artigo publicado no Estado de São Paulo, Roberto Campos definiu as "duas grandes tarefas" que caberiam ao sucessor de Garrastazu : "Como melhorar a distribuição da renda sem sacrificar o ritmo de desenvolvimento? Como iniciar a descompressão política sem perturbar a disciplina social necessária para garantir a continuidade econômica e a estabilidade política?" Em outras palavras : adotem os paliativos que quizerem no que se refere à situação econômica e à descompressão política, mas não toquem na taxa de lucro dos monopólios e não se esqueçam de que o ritmo da acumulação é incompatível com a liberdade sindical e exige que se mantenha o arrocho salarial.

Ao que tudo indica a composição do Ministério levou em conta as apreensões da alta burguesia. Não se trata de querer inferir diretamente das opiniões pessoais ou ligações sociais de tal ou qual ministro a orientação que será dada a seu respectivo ministério. Ao contrário, uma das mais significativas reformas no aparelho de Estado e na organização do poder central foi justamente a que visou garantir o controle absoluto do Executivo pelo Alto-Comando das Forças Armadas através do Conselho de Segurança Nacional. No entanto, alguns critérios práticos que orientaram a escolha dos ministros ficaram mais ou menos claros. Por exemplo, eles não foram escolhidos segundo indicação das oligarquias regionais (de resto, o pavor do regime em ver se afirmar uma liderança regional de prestígio ficou patente no veto à candidatura Delfim Neto para o governo paulista). Critério mais importante, embora só possa por enquanto ser avançado em termos de hipótese, foi o da divisão dos ministérios conforme às exigências dos diferentes setores da burguesia monopolista e do capitalismo agrário. Tentaremos precisar, a seguir, esta hipótese :

(1)- A burguesia está dividida no referente ao papel do setor de Estado. Uma ala do bloco dirigente considera que ele deve ter papel preponderante. Outra gostaria de vê-lo enfraquecido e o apresenta como obstáculo à "iniciativa privada". Até agora a contradição entre estes dois setores foi conciliada, sem que isso a faça desaparecer. Ao contrário, ela está e se mantém presente como uma contradição objetiva do sistema econômico nacional e se manifesta na prática pelo contraste existente entre a crescente importância do setor estatal e a linguagem e propósitos liberais dos pronunciamentos e planos governamentais. A distribuição de ministérios reflete o peso das duas alas, sobretudo se consideramos aqueles que influem mais diretamente na política econômica. A ala estatizante mantém-se no Ministério do Planejamento, a ser transformado em Secretaria do Planejamento, com Velloso à frente, coordenando o conjunto dos ministérios "econômicos" : o do Interior (Rangel Reis) e o de Minas e Energia (Ueki) e parcialmente ao menos o das Comunicações e o de Transportes (cujos titulares são dois militares, Quandt Oliveira e Araujo Nogueira, respectivamente). Tomados em conjunto, os ministérios do Planejamento, Interior e Minas e Energia comandam o BNDE, o CNP, a Petrôbrás, o CPRM, o BNH, a Sudene, etc. A ala anti-estatizante, que luta por limitar ou mesmo reduzir o setor estatal tem seu representante mais categorizado no ministro da Fazenda, Mario Simonsen, e junto a ele, outro grande capitalista, Severo Gomes, no ministério da Indústria e Comércio. Juntos estes ministérios controlam o Banco Central, o Banco do Brasil, a Receita Federal, a Caixa Econômica Federal, o IBC, o IAA e o CONSIDER.

(2)- O setor capitalista agrário com Paulinelli no Ministério da Agricultura, não pode ser considerado como ligado diretamente a um ou outro

dos dois setores. Tampouco é possível antever desde já de que maneira Paulinelli reagirá aos problemas deixados em aberto pela briga Cirne Lima X Delfim. Temos de nos contentar por enquanto com a constatação de que os capitalistas do campo terão de apelar para ambas as alas do bloco dirigente, tanto mais que o Ministério da Agricultura foi amputado de vários organismos cujo controle é essencial para os setores agrários. No referente aos créditos, por exemplo, é o Banco do Brasil quem fixa a política agrária e o BNDE quem controla os créditos do FMI à pecuária. Como de resto, por definição, o controle do café e da cana de açúcar dependem do IBC e do IAA respectivamente. Na briga Delfim X Cirne Lima, o primeiro começou por segurar todos os créditos destinados à pecuária, que só foram liberados com a posse de Moura Cavalcanti.

(3)- Para responder ao desejo de "descompressão política" -um pouco mais de liberdade para as classes dominantes- foram distribuídos os Ministérios da Justiça, Educação e Trabalho a alguns políticos prouros das classes dominantes (Armando Falcão, Ney Braga e Arnaldo Prieto respectivamente), assim como a liderança da Câmara (Celio Borja). O regime espera que a habilidade destes homens consiga aquilo que o terrorismo de Estado não conseguiu, isto é, a docilidade do movimento sindical, do movimento estudantil, da intelectualidade, dos advogados, da imprensa e da Igreja. Celio Borja deverá, em especial, tentar reativar o Legislativo para refazer a fachada "constitucional da ditadura".

(4)- Mas o controle deste complexo dispositivo governamental, visando a assegurar a unidade de comando, e a fixar, através de manobras e conciliações dos diversos interesses dominantes, a unidade da política da ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios, incluindo evidentemente a política exterior (confiada a Azeredo Silveira) ficou nas mãos de poderoso rolo compressor cujos integrantes dispensam apresentações. Sem falar do próprio Geisel à testa do Executivo, temos na "coordenação geral" do governo o chefe da casa civil, Golbery do Couto e Silva, que na sua qualidade de organizador do SNI, de ideólogo da "interdependência" e da guerra fria e de diretor da Dow-Chemical do Brasil, sintetiza no plano econômico, político e ideológico tudo aquilo que constitui a essência do regime de despotismo, de terror e de regressão social imposto ao povo brasileiro pelo golpe gorila de 1964. Ao lado deste "homem forte" do governo Geisel estarão o fascista Dale Coutinho no Ministério do Exército e João Batista Figueiredo, que foi chefe da casa militar de Garrastazu Medici, na chefia do SNI.

(3)- Quais os grandes problemas a serem enfrentados pelo novo governo?

Reconciliadas as exigências dos setores decisivos das classes dominantes pela divisão dos cargos governamentais, coloca-se a questão de fixar diretrizes políticas em vista de enfrentar os problemas econômicos e políticos principais com que se depara o regime, essencialmente a continuidade da acumulação monopolista e a "legitimação" da ditadura.

A continuidade da acumulação monopolista e da expansão econômica em geral esbarra antes de mais nada no problema da inflação. As pressões inflacionárias internas que levaram aos atritos frequentes observados em 1973, entre diferentes setores das classes dominantes, e que conduziram ao fracasso da "meta dos 12%", acrescentam-se agora aquelas derivadas da conjuntura internacional, onde se acirram a contradição entre os Estados imperialistas e a concorrência entre os monopólios sobre a base da elevação dos preços dos produtos agrícolas e matérias

primas em geral, especialmente petróleo. Ora o atual ministro da Fazenda já havia, em livro publicado durante o governo anterior, considerado uma alta de preços como "uma espécie de barril de pólvora sobre o qual estamos sentados". Examinando no mesmo livro três métodos de combate à inflação, aponta as fraquezas de cada um deles. O "gradualismo lento", aplicado entre 1967-1970 teria se tornado obsoleto ou ao menos inadequado. A revisão das normas de correção monetária com política de controle de preços só serviria, segundo o ministro Simonsen, para transformar a inflação aberta em inflação reprimida. E o "retorno à ortodoxia", ou seja, a aplicação rígida dos mecanismos de controle fiscal, monetário e salarial, levaria a uma "crise de estabilização", e por conseguinte implicaria em diminuição do crescimento do produto real. (É de notar que em 1973, com a "meta dos 12%" tentou-se, com rotundo fracasso, uma solução mista, combinando uma tendência à "ortodoxia" com uma política de controle de preços. Mas o efeito desta tentativa foi o de um tiro saído pela culatra: não somente o aumento dos preços superou largamente os 12%, como a política de controle de preços só conseguiu criar a "inflação reprimida", que o novo ministro da Fazenda considera "mais prejudicial que a própria inflação aberta"). É provável pois que a revista Visão esteja certa ao apontar "como tendência do novo governo... uma volta à verdade dos preços". Mas a operação será delicada. "Se o governo do general Geisel está pronto a assumir a inflação que se delineia para o presente exercício, admite-se que a sua maior preocupação será limitar os efeitos colaterais das novas pressões e impedir o aparecimento de forças suscetíveis de tornar incontrolável a elevação dos preços. Trata-se de encontrar um ponto de equilíbrio delicado entre a aceitação inelutável de uma maior pressão, provinda do exterior e das medidas corretivas de uma inflação reprimida, e a vontade de circunscrever os efeitos internos", prossegue Visão. E acrescenta: "existe uma opção fundamental: o desenvolvimento não será sacrificado à procura de uma estabilização dos preços". Nesta decisão de maior flexibilidade vai uma crítica à política de Delfim Neto, mas vai sobretudo a constatação de que os tempos se tornaram mais difíceis e de que portanto a expansão monopolista, que até agora tem neutralizado a ação das forças da oposição, pode ser interrompida, abrindo um período de crise para o regime, e de lutas econômicas e políticas intensas, ainda mais intensas do que aquelas que desde já se podem prever através da lenta mas contínua reanimação das lutas de massa que tem caracterizado os últimos dois anos.

Mas foi sobretudo em torno da política que se cristalizaram as especulações quando não esperanças suscitadas pela mudança de ditador. "Abertura", "legitimação", "normalização institucional", "descompressão", são muitos os eufemismos e metáforas através dos quais se exprime a reivindicação, comum aos mais diversos setores das classes dominantes, no sentido de que se ponha fim ao terrorismo de Estado e à onipotência do Alto-Comando. Seria impossível traçar aqui a evolução da atitude da "ala liberal" da burguesia diante do regime, sobretudo a partir do Ato-5. Resumindo brevemente, podemos dizer que permaneceu na expectativa até o golpe que depôs Costa e Silva e impediu a posse de Pedro Aleixo em setembro de 1969. Entusiasmou-se em seguida com o "desejo" de cuja sinceridade a história já deu a medida, manifestado pelo ditador Garrastazu Medici em "ver restabelecida a democracia até o fim de meu mandato". Como este "desejo" teimava em não se tornar realidade, foi elaborada pelos mesmos círculos, e longamente exposta em editoriais e artigos publicados nos principais órgãos da imprensa (notadamente O Estado de São Paulo e o Jornal do Brasil) uma doutrina segundo a qual o "restabelecimento da democracia estaria na dependência do sucesso sobre a subversão".

Esmagada a resistência armada dos grupos revolucionários urbanos, assassinados seus principais dirigentes assim como centenas de heróicos companheiros, mas mantido e até reforçado o dispositivo terrorista da ditadura, a "doutrina" em questão foi rapidamente arquivada. Nova perplexidade, desfeita finalmente quando as eleições para governador marcadas para 1974, que deveriam ser diretas, foram transformadas em "indiretas", isto é, tomando como base o método adotado pelo ditador Garrastazu Medici, a nomeação pura e simples de delegados da ditadura à testa de cada Executivo estadual. (O método adotado pelo general Geisel será ainda mais drástico, bastando ver o encaminhamento da sucessão em São Paulo onde se esfumaram as veleidades do ex-ministro Delfim Neto, posto em seu lugar pelo Alto-Comando.) Foi quando se perderam as esperanças num "pleito direto" para os governos estaduais que os círculos da ala liberal da grande burguesia evoluíram da posição de apoio incondicional à de apoio crítico ao regime de Garrastazu Medici.

A intenção manifestada pelo novo ditador de reconciliar com o regime a ala liberal da burguesia monopolista, fortalecendo a coesão do bloco dirigente num período de crescentes dificuldades econômicas e de reanimação da resistência democrática, não somente não se traduziu, neste começo de governo, por nenhuma medida prática, como não tardou a ser desmentida por nova e violenta vaga repressiva atingindo inicialmente o deputado Francisco Pinto, que teve a coragem de chamar o gorila Pinochet por seu nome na tribuna do Parlamento, e em seguida amplas correntes da intelectualidade democrática em São Paulo. "Continuidade não significa imobilismo" disse o gorila Geisel em seu primeiro pronunciamento ao Ministério, piscando o olho para a ala liberal da grande burguesia. (E não faltaram elementos até agora tidos como progressistas para se deixar seduzir por esta piscada do novo ditador). No entanto ele próprio havia advertido, na mesma oportunidade que a "descompressão", esse Eldorado das belas almas liberais, não implicaria de modo algum em abdicar dos "instrumentos excepcionais de que o governo se acha armado para manutenção de atmosfera de segurança e ordem". Importa menos aqui nestes "instrumentos excepcionais" o aspecto "institucional" da questão, isto é, o Ato-5, que pelo visto sobreviverá mesmo a Garrastazu Medici, do que os instrumentos práticos, materiais, tais como o CODI, o OBAN, as salas de tortura, o assassinato seletivo dos dirigentes populares, operários e revolucionários, etc. É bem verdade -magro consolo- que serão usados "não tanto em exercício duradouro ou frequente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica". Não sabemos qual é a definição de frequência do novo ditador, mas a julgar pelo primeiro mês de governo comporta uma média de 300 prisões mensais...

Não quer isto dizer que o tema da descompressão será abandonado, nem mesmo que nenhuma medida neste sentido será adotada pelo novo ditador. Já mostramos que a existência de uma ala liberal da grande burguesia obedece a razões objetivas. Acrescentemos que toda classe dominante com alguma lucidez (e não se pode dizer que a burguesia monopolista brasileira seja inteiramente desprovida de lucidez de classe) aspira a fundamentar sua dominação sobre algo mais que o puro terrorismo, porque tem consciência de que historicamente não é o terror que decide do curso dos acontecimentos. "Continuidade não significa imobilismo", disse o novo ditador. A "ala liberal" embeveceu-se com a negação do imobilismo. Os democratas e socialistas entenderam perfeitamente que o essencial para o regime é manter a continuidade. Como o mostra a própria metáfora de "descompressão", não se trata em absoluto de reorganizar o aparelho de Estado e suas instituições fundamentais no sentido do restabelecimento da legalidade constitucional burguesa, mas tão somente

de "descomprimir" o uso do aparelho repressivo e das instituições ditatoriais existentes. Trata-se de usar o terror com mais moderação, e não de abolir-lo. Na medida e nos limites em que for posta em prática -se o for- a "descompressão" teria os efeitos opostos: poderia, de um lado, criar condições para uma dinâmica liberal que levaria o regime muito mais longe do que pretende no rumo da "abertura"; mas poderia igualmente levá-lo à "contenção mais enérgica" de que fala o novo ditador, bastando para isso que se repita o ocorrido quando da "abertura" de Costa e Silva em 1967-1968.

Do ponto de vista das classes dominantes a sucessão, colocando uma vez mais a questão da sobrevivência no tempo da dominação dos monopólios, traz à tona o problema essencial de sua própria hegemonia de classe, de sua capacidade de continuar dirigindo a sociedade e o Estado em vista de seus interesses próprios, de reforçar sua base social a fim de não ficar mais na dependência política do Alto-Comando militar. Problema difícil, que configura, malgrado a solidez aparente do regime, uma profunda crise de hegemonia, isto é, a incapacidade histórica da burguesia monopolista de dirigir diretamente a sociedade, como ocorre em países capitalistas metropolitanos. As anteriores tentativas de "legitimação" do regime foram, neste sentido, extremamente reveladoras. A Constituição autocrática de 1967, apoiada num bipartidarismo artificial, mesmo do ponto de vista burguês, representou ao mesmo tempo o reconhecimento explícito por parte da burguesia monopolista e do Alto-Comando militar, da necessidade de um retrocesso institucional (não tinham eles dado o golpe para "defender a Constituição de 1946", a qual, em que pese seus aspectos anti-populares, havia sido elaborada por uma Constituinte eleita pelo sufrágio universal?) e uma tentativa de consolidação institucional (já que com a vigência da nova Constituição o Alto-Comando militar abria mão dos "poderes excepcionais", isto é, dos novos Atos Institucionais). O regime definido por esta Constituição era híbrido, mas com dominante autocrática: negava o direito de greve, assim como o de livre associação e organização política da população em geral. Mas mantinha algumas prerrogativas do Congresso e do Judiciário e alguns direitos e liberdades do cidadão: era um regime ditatorial mas não era um regime abertamente terrorista. Onde sua vulnerabilidade ao limitado fluxo do movimento de massas, no primeiro semestre de 1968. Com o Ato-5, o Alto-Comando militar, assumindo o terrorismo aberto, afirmou também sua absoluta supremacia em relação aos representantes políticos diretos das classes dominantes, tratando a "rebelião da ARENA" como um blefe puro e simples. A longevidade do Ato-5 (que já vai para seu sexto ano de vigência) tem um duplo significado. Atesta de um lado a profundidade da crise hegemônica da burguesia monopolista, que recorre ao aparelho militar para exercer um poder de Estado que ela não conseguiu controlar diretamente, e tem de reconhecer por isso mesmo que se trata de um "regime de excessão". Mostra ao mesmo tempo que a expansão capitalista durante este período neutralizou as veleidades de "normalização institucional" no interior das classes dominantes, adiando "sine die" o restabelecimento do "Estado de Direito". O sucesso da política econômica da ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios abafou a voz da ala liberal da grande burguesia, que por um momento, através do ex-vice-presidente Pedro Aleixo, tentou organizar um "terceiro partido" "constitucionalista", isto é, visando abolir o Ato-5 e a por em vigor a edição 1969 da Constituição autocrática, até agora deixada em estado de hibernação.

O avanço das lutas populares, que se reanimam, assim como o agravamento da conjuntura internacional acirrando as contradições no interior do campo imperialista e a concorrência entre os grandes monopólios poderão no entanto recolocar, desta vez com urgência, a questão

da "legitimidade" do regime. Colocando seu governo sob o signo da "descompressão" tenta uma operação política que os revolucionários, em especial os comunistas, devem seguir de perto. Porque ou ela termina por um fiasco completo (hipótese ponderável a julgar pela amostra do primeiro mês) e neste caso a crise de hegemonia burguesa aprofundar-se-á, ou efetivamente são adotadas medidas práticas de "descompressão" e neste caso de aprofundá-las, impedindo que elas se limitem a um pouquinho mais de liberdade apenas para as classes dominantes, que se autorize ao sr. Julio de Mesquita Neto escrever o que quizer em seus jornais pro-americanos e que se continue a assassinar dirigentes operários e revolucionários.

(4)- Qual deve ser a atitude do movimento democrático e socialista na presente situação?

As considerações anteriores indicam os elementos fundamentais que o inimigo terá de levar em conta para elaborar sua política. Embora não permitam prever com precisão o rumo concreto dos acontecimentos no próximo futuro, mostram as brechas eventuais a serem utilizadas pelo movimento operário e democrático em sua luta pela derrubada da ditadura. Mostramos que a eventualidade destas brechas corresponde a contradições políticas no seio das classes dominantes e que estas contradições têm sua base nas relações de produção dominantes na sociedade brasileira, decorrem da lógica objetiva da acumulação monopolista, tal como ela se desenvolve em nosso país. Cabe acrescentar que esta contradição mais profunda, o antagonismo fundamental entre Trabalho e Capital, vem encontrando, no terreno das lutas econômicas imediatas, uma forma clássica de manifestação, determinada pela própria expansão monopolista. É sabido com efeito que em 1973 o aumento do emprego industrial conduziu à escassez de mão de obra, inclusive não-qualificada, na indústria de transformação e mesmo na construção civil (pelo menos nos grandes centros industriais). A reanimação das lutas operárias, constatada desde antes, tornou-se mais sensível: foram muitas, e bem sucedidas no plano reivindicatório, as greves operárias do ano passado. Tudo indica que esta tendência continuará a se desenvolver e que portanto os democratas e os revolucionários, especialmente os comunistas, devem agir em vista de favorecer a coordenação e o fortalecimento das lutas econômicas vindouras, vinculando-as à plataforma democrática em torno da qual há de se estruturar a frente anti-ditadura.

Desde já é certo, de qualquer modo, que as lutas econômicas da classe operária serão cada vez mais duras. Elas terão características distintas conforme evolua a produção. Uma diminuição no ritmo do crescimento econômico afetará o nível do emprego, provocando deterioração nas já terríveis condições de existência e de trabalho da grande maioria da população. Deterioração tanto mais sensível que ela se sucederá à aludida expansão da oferta de trabalho. Em todo caso, é certo que a política de arrocho salarial prosseguirá. A revista Visão, comentando o pronunciamento de Geisel ao Ministério e o de Simonsen à imprensa logo em seguida à posse do novo governo, teve a sinceridade de notar que "em nenhum lugar, nos dois pronunciamentos, se falou em modificações na política salarial. Nem se poderia esperar qualquer referência favorável a este tema, num ano em que se procura conter vários outros fatores adversos na guerra contra a inflação. O ministro da Fazenda considera inclusive, que não existe problema nessa área: 'A fórmula da política salarial pacificou as negociações coletivas... resolvendo, pela aritmética, o que muitos países tentam resolver pelas greves e pelas pressões político-sindicais'". Claro está que as lideranças sindicais podem ter idéias não muito convergentes com as opiniões do ministro. Para elas, se as negociações coletivas são hoje mais pacíficas, isto não se deve propriamente à aritmética". É com efeito o mínimo que se

pode dizer face ao plácido e insolente descaramento do capitalista Mário Simonsen.

É nesta situação geral que devem os democratas, os revolucionários e em especial os marxistas-leninistas fixar suas concepções programáticas e suas palavras de ordem. É este o quadro frente ao qual devem firmar sua atitude. É nestas condições que devem lutar para unir o povo, criar a frente anti-ditadura, isolar o terrorismo militar e os grandes monopólios.

O grande objetivo histórico da unidade popular no Brasil é a conquista da democracia revolucionária, através da derrubada da ditadura e da abolição do domínio dos monopólios estrangeiros e nacionais sobre a economia e a sociedade brasileiras. É o poder democrático dos trabalhadores manuais e intelectuais da cidade e do campo que abrirá a via ao socialismo em nosso país. Evidentemente, é a hegemonia operária que assegurará caráter revolucionário ao regime que emergir da derrubada da ditadura em nosso país. Como também é evidente para os marxistas-leninistas que é a realização plena das tarefas democráticas e anti-imperialistas na economia e na sociedade brasileiras que criará as condições práticas para o desenvolvimento socialista do poder democrático. Entre estas tarefas figuram a reforma agrária segundo a consigna "a terra para quem nela trabalha", a nacionalização dos principais meios de produção, a inteira liberdade de organização sindical e política para a classe operária e para o conjunto dos trabalhadores, a reorganização democrática das Forças Armadas Nacionais com depuração completa do aparelho militar e punição de todos os responsáveis por atos criminosos, a abolição e desmantelamento de todos os aparelhos e instituições representativas a serviço dos monopólios, assim como o rigoroso julgamento de todos os que contribuíram direta ou indiretamente ao exercício do terrorismo de Estado, da tortura, do assassinato de democratas e revolucionários, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte eleita pelo sufrágio universal com ampla liberdade de propaganda exceto para os inimigos da democracia, e outras medidas da mesma ordem. Porque, como salientou nosso Projeto de plataforma, "a luta pela democracia... do ponto de vista proletário, não se reduz à conquista de algumas liberdades jurídicas tais como o "habeas-corpus", a liberdade de imprensa, a supressão do Ato-5; não se contenta com um hipotético retorno às instituições republicanas definidas pela Constituição de 1946 -inclusive porque mantendo a vigência do sindicalismo de Estado codificado na Consolidação das Leis do Trabalho, esta Constituição negava ao proletariado a possibilidade jurídica de se organizar com independência".

São estas as forças e são estes os objetivos que constituem a espinha dorsal da frente anti-ditadura. O que vale dizer : é a aliança histórica dos trabalhadores e das camadas populares em geral da cidade e do campo que tem seus interesses vitais ligados à derrubada da ditadura e à conquista da democracia revolucionária. São estas classes e camadas que necessitam lutar até o fim contra a ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios. São elas portanto que constituem a verdadeira força revolucionária em nosso país, e é em torno delas que se aglutinarão todos aqueles que querem transformá-lo. Com os trabalhadores à frente, e em torno de seu núcleo central, o proletariado industrial, poderão se unir os estudantes, o clero progressista, os intelectuais democratas, e todos os brasileiros que aspiram à liberdade e ao progresso econômico e social de nossa pátria. Esta aliança histórica de todas as classes e camadas democráticas constitui a base social de uma autêntica unidade popular. Pondo-se em movimento, ela derrubará a ditadura.

É indispensável portanto que desde já os comunistas brasileiros dispersos em algumas organizações partidárias e inúmeros círculos intensifiquem o esforço teórico e prático, político e organizatório, em vista da reunificação dos marxistas-leninistas, ao mesmo tempo que desenvolvem a unidade de ação com todas as forças revolucionárias: o socialismo cristão, o nacionalismo de esquerda e outras correntes combativas do movimento operário e popular. A unidade de ação de todas estas forças revolucionárias nada mais será que a expressão organizatória da unidade popular, da democracia revolucionária. Como salientamos repetidamente em nosso Projeto de plataforma, a unidade dos revolucionários e a unidade do povo constituem dois processos complementares e convergentes: um não se realiza plenamente sem o outro. Mas também deixamos claras no mesmo Projeto de plataforma as dificuldades práticas e os problemas políticos com que se deparam os marxistas-leninistas do Brasil. O melancólico fracasso da Frente Ampla de um lado e o desmantelamento dos grupos armados de outro enquanto alternância de oportunismo de direita e de aventureirismo esquerdista nos legaram um movimento revolucionário fragmentado e desarticulado e um movimento popular acéfalo e desorganizado. É evidente que esta situação se explica também pelo caráter terrorista assumido pelo Estado Capitalista no Brasil. Mas outros povos submetidos a igual terrorismo encontraram o caminho da organização e da unidade. Não cabe portanto escudarmo-nos nos crimes da ditadura para justificar nossa longa impotência e nossa fraqueza atual. Para podermos avançar, temos de partir de uma justa avaliação de nossas forças. E não há dúvida de que hoje as duas forças fundamentais da democracia, o proletariado e o campesinato, que haviam avançado extraordinariamente durante os anos que precederam o golpe de 1964, não conseguiram ainda, dez anos depois, recompor suas forças, cujo nível de organização está muito aquém daquele alcançado sob o governo Goulart.

O programa de democracia revolucionária, e a aliança histórica cujos interesses ele exprime, supõem a derrubada da ditadura. A ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios estrangeiros e nacionais é o grande inimigo que o povo brasileiro tem de liquidar para fazer valer seu direito imprescritível a uma vida melhor. Mas como ela só será liquidada através da unidade e da luta popular, constitui imperiosa tarefa para os democratas, revolucionários e em especial comunistas determinar as palavras de ordem centrais do momento, em torno das quais articular-se-ão campanhas e lutas políticas imediatas. Por mais limitados que sejam hoje os objetivos destas campanhas e lutas, por menores que sejam as possibilidades de que dispomos para influir diretamente no curso dos acontecimentos, é por aí que se tem de partir, na medida em que toda vitória, por mais limitada que seja, todo avanço, por menor que seja, criam condições mais favoráveis para o isolamento da ditadura e para o desenvolvimento da luta pela democracia. Estas palavras de ordem imediatas são portanto meios em vista do objetivo central e permanente da etapa democrática e anti-imperialista de nossa revolução. Enquanto este permanece fixo até a realização dos objetivos da democracia revolucionária, isto é, a abertura da via para o socialismo em nosso país, as palavras de ordem concretas e imediatas poderão se modificar em função da evolução dos acontecimentos, da evolução da correlação de forças entre a democracia e a ditadura e entre os diferentes setores das classes dominantes. De qualquer modo, as indicações contidas em nosso Projeto de plataforma são a este respeito suficientemente claras: "ao nível do programa mínimo e imediato de reivindicações a serem defendidas desde já, medidas de defesa da economia nacional, tais como as que limitem o controle de setores-chave de nossa indústria pelos monopólios estrangeiros, sobretudo yankees, que impeçam a remessa ao exterior... de parcela considerável do sobreproduto nacional" figuram entre as mais importantes, bem como a defesa do "princípio da nacionalização dos se-

tores-chave da economia", que se reveste da maior atualidade quando se sabe que os agentes do imperialismo yankee e seus associados nacionais voltam à carga contra o monopólio de Estado da Petrobrás. Estamos no entanto profundamente convencidos de que a palavra de ordem central para as lutas concretas e imediatas é a conquista das liberdades públicas essenciais para que os trabalhadores possam se organizar amplamente para a defesa de seus interesses mais prementes. Todo passo adiante no rumo da conquista das liberdades cria melhores condições para que se desenvolvam todas as outras lutas.

A conquista da liberdade e do progresso econômico e social de nosso povo só serão efetivos com a derrubada da ditadura. Mas justamente cada passo nesta direção criará melhores condições para derrubá-la. No entanto, ao longo do processo que há de conduzir a este grande objetivo histórico é possível que novas "soluções" burguesas apareçam como substitutivos à ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios. Duas correntes burguesas tem procurado se apresentar como portadoras destas "soluções": o nacionalismo de direita, articulado sobretudo em torno de grupos militares que contestam a orientação incondicionalmente pró-yankee do regime atual e a "ala liberal" da grande burguesia que preconiza a "normalização constitucional" do país. Estas forças, embora incapazes de apresentar qualquer solução de fundo para os problemas de nosso povo, poderão tentar mudar a orientação do regime, eliminando seus aspectos mais odiosos e constituem neste sentido forças de reserva para a manutenção da dominação burguesa sobre a sociedade e sobre o Estado em caso de crise do regime atual. Na eventualidade da emergência de qualquer destas duas correntes, a posição dos comunistas deve ser a de exigir as mais amplas condições para organização independente do proletariado e de todos os trabalhadores. Sobre esta base de princípio, poderão considerar como positiva qualquer medida que atenuo o caráter terrorista do regime ou que defenda a economia nacional.

Mas é total a diferença entre reconhecer o caráter positivo de qualquer medida burguesa que limite as características mais odiosas do regime atual, e propor critérios programáticos e organizatórios para a composição da frente anti-ditadura. Tendo sempre presente que a hegemonia proletária é conquistada na luta e que não existe aliança que por si própria garanta esta hegemonia, os marxistas-leninistas devem adiantar proposições concretas capazes de unir todos os democratas brasileiros, inclusive aqueles setores democráticos e nacionalistas da burguesia dispostos a lutar até o fim contra a ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios. Nesta aliança possível entre as forças revolucionárias e as forças não-revolucionárias da democracia, os marxistas-leninistas terão sempre presente que (1) a política dos setores burgueses dispostos a integrar a frente anti-ditadura será sempre de limitar o desenvolvimento do movimento popular e operário e atar as mãos das forças revolucionárias; (2) concessões excessivas dos revolucionários na formação desta frente poderão levar a classe operária a lutar por objetivos ilusórios enfraquecendo assim o movimento revolucionário, em vez de fortalecê-lo.

A plataforma de frente que os marxistas-leninistas devem propor tem de ter por base estas considerações. O trabalho quotidiano entre as massas e o desenvolvimento consequente da luta ideológica, favorecendo a reunificação dos comunistas do Brasil, hoje dispersos em algumas organizações e inúmeros círculos, criarão as melhores condições para o desenvolvimento da luta pelos objetivos acima propostos. Por isso conclamamos todos os marxistas-leninistas que se organizam em torno de nosso Projeto de plataforma política para que aprofundem a discussão e desenvolvam a unidade de ação em vista da formação da frente anti-ditadura no Brasil.

NOTAS SÔBRE O SETOR ESTRANGEIRO EM NOSSA ECONOMIA

Joana Almeida

A hegemonia da burguesia monopolista no regime de ditadura militar foi assegurada pela política econômica destes dez anos de opressão do povo brasileiro. O sistema econômico nacional continua em seu processo de reorganização, isto é, de adaptação da estrutura produtiva aos imperativos do processo de concentração e centralização do capital.

A economia cresce apoiada fundamentalmente nas altas taxas de crescimento do setor industrial, onde as indústrias de bens intermediários e bens de consumo duráveis apresentam as mais altas taxas de expansão da economia. Sabemos que "o sistema específico de distribuição não é senão a expressão do sistema de produção historicamente determinado" (Marx, O Capital, tomo III). Num sistema de produção altamente concentrado (onde relativamente um número cada vez menor de capitalistas apropria-se de maiores parcelas da plus-valia produzida) a especialização na produção de bens de consumo de luxo - quando a magnitude da riqueza social criada ainda é pequena - significa uma opção: para que alguns possam garantir o mercado destes produtos (demanda solvente) é preciso que a maior parte dos trabalhadores brasileiros veja acelerada sua taxa de exploração. Todos sabem que o processo de "redistribuição de rendas" no Brasil foi no sentido oposto ao que o termo "distribuir" parece indicar; na verdade foi um processo de concentração de rendas que permitiu, de um lado, o desenvolvimento de um mercado para os produtos criados nos setores de bens de consumo duráveis e intermediários e, por outro lado, ao deprimir-se o nível dos salários reais aos limites mínimos de subsistência, aumentou-se a taxa e massa de lucro, permitindo assim altas taxas de acumulação e inversão. (Ou como diriam os "tecnocratas": parte dos rendimentos de alguns setores de agentes econômicos foram reduzidos por diversos mecanismos, entre os quais a inflação, aumentando desta forma a poupança privada etc., etc.)

Se a política econômica da ditadura militar teve uma de suas pedras angulares no arrocho salarial também não se pode desprezar o importante acerto de contas com os setores mais "atrasados" da classe capitalista que a "modernização" da economia estava a exigir (elevação da produtividade com tudo que isto supõe). O processo de "seleção natural", principalmente violento nos primeiros anos porque corresponde ao auge dos efeitos depressivos da política deflacionária (que provocou enormes restrições de crédito, etc) e levou a sobrevivência dos mais aptos: aqueles grupos de capitalistas que, pela magnitude do capital social que detinham, apresentavam condições superiores de concorrência, nos diversos setores da economia. Enfim, trata-se do processo que assegurou a hegemonia das camadas monopolistas da burguesia sobre a economia brasileira.

Mas quem é exatamente esta burguesia monopolista? Quem são esses "agentes econômicos" responsáveis pela reprodução ampliada das relações de produção capitalista no Brasil, na sua etapa de predomínio do capitalismo monopolista? São, antes de tudo a base social da ditadura, logo, inimigos do povo brasileiro. Alguns encarnam o capital estrangeiro e outros o capital nacional.

Em números anteriores de DEBATE, Fernando de Andrade caracterizou a principal consequência econômica da dependência do Brasil aos países capitalistas metropolitanos (ou imperialistas) como sendo a descapitalização relativa de nossa economia. Isto é, na reprodução ampliada do sistema econômico brasileiro a principal diferença que distingue os grupos capitalistas estrangeiros dos grupos capitalistas nacionais concerne ao quantum de

plus-valia capitalizável que, sob diferentes formas (remessas, dividendos, royalties etc.) é tirado do país pelos grupos capitalistas estrangeiros. Este é um aspecto fundamental da questão, mas em si só, não explica a dinâmica própria dos capitais estrangeiros no Brasil; o papel específico que cumprem na política econômica da ditadura, nem as consequências mediatas de sua presença em nossa economia. Tentaremos, portanto, uma caracterização mais detalhada do peso e papel do capital estrangeiro no Brasil e das tendências futuras de sua evolução.

Em primeiro lugar, cumpre lembrar que o ramo produtivo privilegiado pelos capitais estrangeiros é essencial para explicar os efeitos diretos e indiretos que possam se operar na economia. Uma das peculiaridades do "modelo brasileiro" reside justamente na divisão do trabalho entre o setor estatal, o setor privado nacional e o setor estrangeiro. Segundo esta divisão, o setor estatal encarrega-se basicamente (dentro do setor industrial, é óbvio) das chamadas indústrias de base; o setor estrangeiro, da maior parte das indústrias intermediárias e de bens de consumo durável e o setor nacional predomina nas indústrias de bens de consumo. A presença do setor estrangeiro nas indústrias citadas dá um caráter distinto a dependência que liga o Brasil aos países imperialistas. Isto é, o capital estrangeiro poderia estar localizado em atividades extrativas ou monocultoras, criando "enclaves", ou bem estar localizado no setor manufatureiro. Ora, o Brasil é um país capitalista onde a industrialização se dá aceleradamente e a Indústria predomina sobre a Agricultura. É, portanto, a existência de um parque industrial diversificado e de um mercado para seus produtos que determina a decisão dos capitais estrangeiros de investir-se diretamente no ramo industrial. Estes capitais vem valorizar-se, a maiores taxas do que as de seus países de origem onde a superacumulação de capital cria efeitos negativos sobre a taxa de lucro. Sempre aproveitaram-se de condições especiais para instalarem-se - os diversos tipos de facilidades concedidas ao capital estrangeiro ao longo de nossa história - e o tratamento recebido após o golpe de 64 foi de ordem a consolidar a "simpatia" especial destes capitais pelo nosso país. De um lado temos, pois, todos os tipos de garantias e incentivos dados ao capital estrangeiro pelos tecnocratas da Ditadura e, por outro, a própria superioridade relativamente a capacidade de concorrência frente aos capitais nacionais. Todos os avanços tecnológicos que implicam numa maior produtividade do trabalho (por se tratarem de capitais que se deslocam de países com alto nível de desenvolvimento das forças produtivas), somados a capacidade de auto financiamento, domínio da comercialização e do mercado de vários produtos em escala mundial, etc., garantem aos capitais estrangeiros não somente a monopolização de produtos novos com também o gradativo predomínio em ramos onde o capital nacional já operava. Em resumo, os capitais estrangeiros não só tenderão a apropriar-se da produção de muitos produtos já existentes (e assegurar-se do monopólio destes produtos) como também serão os primeiros a impulsionar e a lucrar com a diversificação industrial.

Dada a indiscutível preponderância dos capitais norte-americanos no Brasil é importante notar que os dados estatísticos indicam que, em 1968, do total da inversão direta norte-americana no Brasil, 68% se dirigia para o setor manufatureiro. Dentro deste afluxo maciço para o setor industrial é preciso especificar os subsectores para os quais se dirige o capital norte-americano. Os dados para o conjunto dos investimentos diretos e reinvestimentos estrangeiros registrados no Brasil (não temos dados sobre os capitais norte-americanos especificamente) indicam que

Em 1971, para o total de 2.911,5 US\$ milhões (investidos diretamente e reinvestidos) 81,8 % se localizava nas indústrias de transformação e dentro dela o setor QUÍMICA era o preferido, recebendo 21,5% de valor total dos investimentos e reinvestimentos, seguidos pelos setores MATERIAL DE TRANSPORTES (13,9% do total), MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÕES (9,0) e METALURGIA (13,9% do total). Em 1972, esta tendência se acentua pois do total de 3.401,0 US\$ milhões em investimentos diretos e reinvestimentos, 82,3% se localizou nos mesmos setores acima citados. Ora, nos últimos anos a taxa de crescimento industrial do país tem ultrapassado aos 10 % anuais (em 1971 : 11,2 % e em 1972 : 13,8 %) e os setores propulsores da atividade industrial têm sido exatamente os setores de METALURGIA, MECÂNICA, MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÕES (14,9 % de taxa de crescimento em 1971 e 16,2 em 1972), MATERIAL DE TRANSPORTE (17,6 % em 1971 e 15,6 % em 1972). (Dados da Conjuntura Económica : 25 anos de Estatísticas). Assim uma referência importante para a análise será esta: os capitais estrangeiros são investidos fundamentalmente nos setores mais dinâmicos da economia brasileira.

A esta altura cabe perguntar : quem são os proprietários do capital estrangeiro no Brasil? Segundo dados fornecidos por Fajnzylber (Sistema Industrial e Exportação de Manufaturados) em 1968 do total das inversões norte-americanas no Brasil 76,1 % (isto é, 131 das 288 filiais brasileiras estudadas) provinha das 500 maiores empresas dos Estados Unidos. Por sua vez, a importância relativa das filiais brasileiras para a matriz norte-americana é mínima : para o conjunto das firmas o investimento total realizado nas filiais brasileiras corresponde a menos de meio por cento (0,45 %) das inversões totais das firmas norte-americanas. Inúmeras são as consequências que se podem tirar deste fato, entre as quais destacaremos :

a) Por serem filiais de empresas cujo peso relativo no país de origem é muito grande e dadas as conhecidas defasagens entre a capacidade de acumulação destas empresas, o avanço tecnológico, o domínio de matérias primas, rede de comercialização, etc. relativamente as empresas brasileiras, é evidente que as filiais em nosso país operam em condições extremamente vantajosas do ponto de vista da capacidade de concorrência. Isto sem se dizer que a maior parte destas empresas são conglomerados com alta diversificação horizontal e vertical, operando com menores custos, dadas as economias de escala, podendo exportar bens de produção e matérias primas a preços vantajosos para as filiais, etc.

b) Também importa - em termos de vantagens na concorrência - o peso relativo que as inversões nas filiais tem para os conglomerados norte-americanos : tratando-se de uma ínfima porcentagem de sua inversão total os riscos decorrentes das decisões de investir são muito menores do que os riscos que teriam as concorrentes nacionais para as quais o capital em jogo é de peso relevante. Este poderio financeiro dos grandes monopólios internacionais - sua capacidade de auto financiamento e de obtenção de créditos - corresponde a lógica da reprodução monopolista em que cada vez maiores magnitudes de capital são necessárias para que um capitalista possa começar a produzir um bem industrial ou mesmo permanecer no ramo. Esta é uma das maneiras de expressar-se a produtividade crescente do trabalho : uma mesma quantidade de trabalho vivo põe em movimento, cada vez mais, maiores parcelas de trabalho preterito (aumento constante da composição técnica do capital).

Poderia se perguntar o que faz com que os capitais estrangeiros - que vem evidentemente em busca de valorização - escolham tal ou qual ramo para inversão. Muitas podem ser as razões

mas devemos considerar principalmente os seguintes aspectos: de um lado os inversionistas são agentes de grandes conglomerados e buscarão dominar todos aqueles mercados (ou ramos de produção) em que as matrizes têm monopólio - ou esta lutando para isto -, alargando o mercado para as empresas estrangeiras. Por outro lado, tentarão dominar os setores em que o Estado oferece maiores garantias ou incentivos. Por exemplo: o efeito multiplicador que as inversões estatais em transportes, rodovias e construção implicam para as firmas que produzem tais artigos. Além disso, via de regra, tentarão apoderar-se dos setores onde a produção coloque obstáculos a entrada de novos capitais, pelo volume das inversões iniciais, ou qualquer outra razão que permita uma situação de monopólio e, conseqüentemente, lucros de monopólio.

Conhecidas as razões que impulsionam a inversão direta de capitais privados estrangeiros em nossa economia, assim como o fato de que se dirigem para os setores mais dinâmicos e que apresentam nítidas vantagens em termos de competitividade, resta conhecer o peso relativo que têm na economia nacional, comparativamente ao setor público e aos capitais privados nacionais. Segundo as estimativas da CPI sobre o problema da desnacionalização da economia brasileira, o capital estrangeiro é 8,5 do conjunto da economia e 31,0 % do setor industrial. Tomando só os dados referentes às indústrias teremos:

INDUSTRIAS	ESTADO	CAP. NAC.	CAP. ESTR.
Alimentos e bebidas	-	65,0	35,0
Papel-celulose	-	70,0	30,0
Farmacêutica	-	14,0	86,0
Química	14,0	38,0	48,0
Siderurgia	65,0	18,0	17,0
Máquinas	-	41,0	59,0
Auto peças	-	38,0	62,0
Veículos a motor	-	-	100,0
Mineração	62,0	18,0	20,0
Alumínio	-	52,0	48,0
Vidro	-	10,0	90,0
Cimento	-	85,0	15,0
Artefatos de borracha (pneus)	-	-	100,0
Estimativa do conjunto da Economia	18,0	73,5	8,5
Na INDÚSTRIA	36,0	33,0	31,0

Dentro do setor industrial o capital estrangeiro domina a indústria farmacêutica, a indústria de máquinas, autopeças, veículos a motor, vidros e artefatos de borracha. Na indústria química dominava 48,0 %. Mais de cinco anos passados se tem todas as evidências que a participação relativa do capital estrangeiro não cessa de aumentar. Isto é, se os dados da CPI confirmam a hegemonia do capital estrangeiro nos setores mais dinâmicos de nossa economia, já em 1968, sabemos que o desenvolvimento mais recente do setor industrial tem acentuado esta tendência, muitas vezes sob formas menos diretas de desnacionalização como são os diferentes processos de associação entre grupos estrangeiros e nacionais.

Se relacionarmos a presença dominante do capital estrangeiro na maioria dos setores dinâmicos de nossa economia, que são justamente os setores que continuam sendo privilegiados pelas inversões dos capitais monopolistas internacionais, as principais tendências do desenvolvimento industrial brasileiro, podemos tirar algumas conclusões interessantes relativas ao predomínio gradativo do Setor I sobre o Setor II da economia. Observando a participação relativa da produção industrial no Produto Nacional (sendo que desde 1956 o valor agregado pela indústria de transformação já é percentualmente maior do que o valor agregado pela agricultura) nos interessará conhecer as percentagens correspondentes a cada gênero de indústria. Os dados indicam que em 1969 os setores dominados pelo capital estrangeiro (que já vimos serem os setores com maiores taxas de crescimento nos últimos anos) agregavam 50,6% do valor total da produção industrial. Assim é que:

GENEROS DE INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	1956	1969
Metalurgia	11,7	11,3
Mecânica	2,9	6,1
Material Elet. e Comunicações	3,9	6,5
Química e Farmacêutica	12,1	17,9
Material de Transporte	2,9	8,8
Total	33,5	50,6
Total da Indústria de Transformação	100,0	100,0

Por outro lado, as indústrias onde predominam os capitais nacionais, assim evoluíram:

GENEROS DE INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	1956	1969
Textil	16,8	10,3
Calçados e Vestuários	4,4	2,8
Bebidas	3,0	2,6
Produtos Alimentícios	17,5	11,6
Total	41,7	27,3
Total da Indústria de Transformação	100,0	100,0

Os dados confirmam uma modificação da participação relativa das distintas indústrias no valor agregado do setor industrial. Em 1956 o setor de bens de consumo (Setor I) adicionava 41,7%, enquanto que o setor de bens de produção, bens intermediários (Setor I) e o setor de bens de consumo durável (Setor IIb) agregaram 33,5%. Em 1969, cinco anos após a consolidação no poder dos representantes da burguesia monopolista, a situação é bem diferente: 50,6% do valor agregado pelo setor industrial advém do Setor I e apenas 27,3% do Setor II.

Ao longo destas Notas temos nos referido ao caráter monopolista do capitalismo brasileiro. Acredito ser esta a tendência fundamental do atual desenvolvimento econômico brasileiro. Mas, paralelamente, existem indícios de que o processo de monopolização vem sendo acompanhado de um processo de desnacionalização.

A tendência a monopolização corresponde a própria lógica do desenvolvimento da acumulação capitalista (em seu duplo aspecto de concentração e centralização do capital), resultante do processo de concorrência. No Brasil, F. Fajnzylber nota que: "Distribuindo-se os 302 setores que formam a indústria manufatureira de acordo com o grau de concentração de produção, observa-se que em 90 deles a participação dos quatro maiores estabelecimentos supera os 75% da produção do setor. Em 86, a participação varia entre 50 e 75%; em 82, a concentração flutua entre

25 e 5%, e em 4/4 a concentração é inferior a 25%. Em outras palavras, em mais da metade dos setores, os quatro maiores estabelecimentos são responsáveis por mais de 50% da produção do setor". (obra já citada, página 91)

PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO E NO EMPREGO EM CADA RAMO DOS SETORES DE ALTA CONCENTRAÇÃO EM 1968 (porcentagem)

SETORES	participação na produção do ramo dos setores com índice de concentração 50%	Participação no emprego do ramo dos setores com índice de concentração 50%
10. Minerais não metálicos	48,57	44,54
11. Metalurgia	61,81	54,96
12. Mecânica	40,35	32,93
13. Material Elétrico	64,89	53,50
14. Material de Transporte	68,45	52,36
15. Madeira	7,17	5,25
16. Móveis	6,43	6,13
17. Papel	31,59	30,26
18. Borracha	86,19	65,76
19. Couro	5,22	7,07
20. Química	51,43	49,67
21. Produtos Farmacêuticos	1,23 *	2,96
22. Produtos de Perfumaria	57,57	48,53
23. Produtos matérias plásticas	0,95 *	1,54
24. Têxtil	11,90	13,35
25. Vestuário	17,71	16,32
26. Produtos Alimentícios	10,75	10,84
27. Bebidas	60,26	51,29
28. Fumo	83,36	74,47
28. Editorial e Gráfica	15,77	12,55
30. Diversos	66,30	57,91
Total	37,36	31,16

Fonte: IBGE. Elaborado pela CEPAL.

* Estas duas indústrias, ou melhor, estes dois ramos, não podem ser considerados porque os dados não correspondem ao total do ramo.

Várias são as implicações que a análise destes dados proporcionam. Em primeiro lugar, que os setores onde o capital estrangeiro predomina, são exatamente os setores de maior índice de concentração (Metalurgia, Mat. Elétrico, Mat. de Transportes, Borracha e Química). Por sua vez, os setores onde o peso do capital privado nacional é maior são os de menores índices de concentração (Alimentos, Têxtil, Móveis, Madeira, Vestuário e Couro). Outro aspecto digno de interesse reside no fato de que os setores monopolizados, em que os 4 maiores estabelecimentos geram 50% ou mais da produção total do setor, absorvem proporcionalmente menos mão de obra que os setores menos monopolizados. (Fato explicável pela maior composição orgânica do capital nos setores monopolizados.

Se compararmos estes dados com os quadros 1e2, ao final do artigo, que analisam as 10 maiores e as 500 maiores sociedades anônimas do Brasil (internacionais, estatais e nacionais privadas) por setores por setores de atividade, poderemos concluir que o capital estrangeiro tende a aumentar sua influência em nosso setor industrial (logo, na economia), não somente porque domina os ramos mais dinâmicos, mas também porque dentro das maiores empresas de todos os ramos industriais são as estrangeiras as donas do maior patrimônio líquido médio.

TABELA IV — 2 CLASSIFICAÇÃO DAS 10 MAIORES SOCIEDADES ANÔNIMAS DO BRASIL POR SETORES DE ATIVIDADES SEGUNDO A PROCEDÊNCIA DO CAPITAL—CÁLCULO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÉDIO, 1968. — (Milhões de cruzeiros)

SETORES	EMPRESAS									
	INTERNACIONAIS			ESTATAIS			NACIONAIS PRIVADAS			Patrimônio Total
	Total	Patrimônio líquido total	Patrimônio líquido médio	Total	Patrimônio líquido total	Patrimônio líquido médio	Total	Patrimônio líquido total	Patrimônio líquido médio	
		(%)			(%)			(%)		
1 Têxtil e Vestuário ¹	6	667 77.4	111.17	—	—	—	4	195 22.6	48.75	892
2 Produtos Farmacêuticos e de toucador	10	282 100.0	28.20	—	—	—	—	—	—	282
3 Química ²	6	378 71.5	63.00	1	43 8.1	43.0	3	108 20.4	36.00	529
4 Mecânica e Equipamentos	7	339 63.7	47.14	—	—	—	3	188 36.3	29.33	518
5 Mineração e Siderurgia	3	366 18.2	122.00	4	1.519 75.3	379.8	3	131 6.5	43.70	2.016
6 Produtos Elétricos e Eletrônicos	6	386 77.8	64.30	—	—	—	4	110 22.2	27.50	496
7 Veículos e sobressalentes para automóveis	7	826 93.1	118.00	—	—	—	3	61 6.9	20.33	887
8 Petróleo e derivados ³	4	447 13.1	118.80	1	2.678 78.5	2.678.0	5	286 8.4	57.20	3.411
9 Metalurgia	5	253 65.0	50.60	—	—	—	5	136 35.0	27.20	389
10 Produtos Alimentícios	6	440 78.3	73.33	—	—	—	4	122 21.7	30.50	562
11 Bebidas, fumo e fósforos ⁴	4	587 66.1	134.30	—	—	—	5	276 33.9	55.20	813
12 Gráfica, papel e celulose	1	22 5.0	22.00	—	—	—	9	416 95.0	46.20	438
13 Vidros e cerâmica ⁴	4	76 51.7	19.00	—	—	—	4	71 48.3	17.80	147
14 Cimento e artefatos	4	142 37.6	35.50	—	—	—	6	236 62.4	39.33	378
	73	15.152		6	4.240		58	2.336		

Fonte: A classificação da procedência do capital foi feita através do Cadastro de Investimentos Estrangeiros do Banco Central, para as Internacionais; da *Revista Brasileira de Economia*, de março de 1962 e julho-setembro de 1969, para as Estatais. O cadastro de referência provém de *O Dirigente Industrial*, IBGE, FGV, outubro de 1969. Algumas informações auxiliares foram retiradas do *Anuário Banas-Brasil Industrial*, 1969-1970, vol. II.

¹ Inclui comércio de roupas.

² Inclui Petroquímica, tintas e fertilizantes.

³ Inclui Extração, Refinação e Distribuição.

⁴ Entre as 500 maiores empresas do Brasil não existem 10 que pertençam a esse setor de atividade.

Reproduzido de *Sistema Industrial y exportación*, op. cit.

TABELA IV—3 CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS DENTRE AS 500 MAIORES SOCIEDADES ANÔNIMAS DO BRASIL EM INTERNACIONAIS, ESTATAIS E PRIVADAS NACIONAIS POR SETORES DE ATIVIDADES — CÁLCULO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÉDIO — 1968 — (Milhões de cruzeiros)

SETORES	EMPRESAS										
	INTERNACIONAIS			ESTATAIS			NACIONAIS PRIVADAS			Total da Quantidade	Total do Patrimônio
	Quantidade	Total do patrimônio	Patrimônio líquido médio	Quantidade	Total do patrimônio	Patrimônio líquido médio	Quantidade	Total do patrimônio	Patrimônio líquido médio		
		(%)			(%)			(%)			
1 Têxtil e Vestuário ¹	9	711 44.2	79.0	—	—	—	47	899 55.8	19.1	56	1.610
2 Produtos farmac. e de toucador	12	315 87.0	26.3	—	—	—	4	47 13.0	15.5	16	362
3 Química ²	15	575 60.1	18.3	1	43 4.5	43.0	19	339 35.4	17.8	35	957
4 Mecânica e Equipamentos	10	321 56.1	32.1	—	—	—	11	251 43.9	22.8	21	572
5 Mineração e Siderurgia	6	410 17.8	68.3	4	1.519 66.0	379.8	15	372 16.1	24.8	25	2.301
6 Produtos Elétricos	9	446 67.9	49.6	—	—	—	12	211 32.1	17.6	21	637
7 Veic. e sobressalentes para autom.	14	925 91.7	66.1	—	—	—	5	84 8.3	16.8	19	1.009
8 Petróleo e derivados ³	4	447 16.6	111.3	1	2.678 75.3	2.678.0	12	434 12.1	36.2	17	3.552
9 Metalurgia	6	267 44.4	44.5	—	—	—	17	331 55.6	19.6	23	601
10 Produtos Alimentícios ⁴	12	734 40.1	61.2	—	—	—	50	1.097 59.9	21.9	62	1.331
11 Papel e Celulose ⁵	1	22 5.0	22.0	—	—	—	11	420 95.0	38.2	12	442
12 Gráfica ⁶	—	—	—	—	—	—	7	117 100.0	16.7	7	117
13 Materiais de construção ⁶	10	245 23.5	24.5	—	—	—	21	796 76.5	37.9	31	1.011
14 Produtos de Borracha ⁷	4	467 93.4	116.8	—	—	—	2	33 6.6	16.5	6	599
15 Plásticos ⁸	1	26 32.9	26.0	—	—	—	3	58 67.1	17.7	4	79
16 Madeira ⁸	—	—	—	—	—	—	4	73 100.0	18.3	4	73
17 Diversos ⁹	3	358 60.8	119.3	1	10 1.7	10.0	14	221 37.5	15.8	18	589
TOTAL	112	6.099 37.4	54.5	7	4.268 26.2	609.7	259	5.951 36.5	23.0	378	15.219

Fonte: A classificação de procedência do capital foi feita através de Investimentos Estrangeiros do Banco Central e da *Revista Brasileira de Economia*, de março de 1962 e julho/setembro de 1969. O Cadastro de referência provém de *O Dirigente Industrial*, IBGE, FGV, outubro de 1969. Informações auxiliares foram retiradas do *Anuário Banas-Brasil Industrial*, 1969-1970, Vol. II.

¹ Inclui comércio de roupas.

² Inclui Petroquímica, tintas e fertilizantes.

³ Inclui Extração, Refinação e Distribuição.

⁴ Inclui indústria de bebidas.

⁵ Aparecem na Tabela IV — 2, num só item.

⁶ Inclui vidros e cerâmica, cimento e artefatos (na Tabela IV — 2) e outros materiais de construção.

⁷ Pneumáticos e outros artigos de borracha.

⁸ Inclui extração e industrialização.

⁹ Inclui fumo e fósforos.

Reproduzido do mesmo documento que a Tabela IV — 2.

mentos que entram na composição do valor da força de trabalho a níveis baixos. Isso explica o mecanismo geral que faz um governo burgues incentivar a diminuição do valor de tais produtos pelo aumento da produtividade, e por outro lado controlar e fixar os preços de maneira a impedir que flutuem segundo as leis da livre concorrência. O fato de se ter traçado uma meta para a inflação em 1973 não deixa de vir dessa necessidade geral que impõe o desenvolvimento da dominação do modo de produção capitalista.

O problema da carne bovina colocava o governo numa situação particularmente contraditória: as condições para a exportação eram ultra favoráveis encaixando-se perfeitamente no programa econômico da ditadura, mas fazia aumentar os preços no mercado interno. Somava-se a esse fator a enorme procura de matrizes para a constituição dos rebanhos dos projetos SUDAM criando-se assim todas as condições para uma crise de abastecimento. O episódio da carne está diretamente ligado à demissão do Ministro da Agricultura e continua a constituir um motivo de rixas entre várias forças sociais. É o exame do comportamento de tais forças que nos interessa quando nos propomos a descrever ou analisar o desenvolvimento do que passou a se chamar: crise da carne.

1. A estrutura do setor

Para se ter uma idéia completa dos diferentes interesses em jogo e dos vários tipos de reação observados seria necessário um quadro exato da estrutura da produção da pecuária de corte, assim como de suas relações com a indústria de transformação da carne. Não dispondo de muitos dados sobre a questão teremos que nos limitar, no momento, a apenas algumas indicações.

Na pecuária de corte pode-se encontrar uma imensa variedade de formas de produção. A frequência da "parceria", do "peão", do vaqueiro ou dos diversos tipos de criadores sem terra e um dos traços característicos das regiões Norte e Nordeste. Os imensos rebanhos de gado magro do pantanal matogrossense, as grandes fazendas das regiões Centro e Sul, as médias empresas de criação intensiva no interior de São Paulo, os invernistas, etc., empregam sistemas de produção bastante diversificados. A atual "ocupação" da Amazonia pela constituição de enormes criações financiadas pelos incentivos fiscais é feita na atual fase (desmatamento e sementeira de pastos) com base num regime de quase escravidão (1) A presença de assalariados enquanto expressão da subordinação real do trabalho ao capital pode ser constatada em um certo número de unidades de produção da região centro-sul. Existe também um fluxo de grandes frigoríficos para o estágio de invernistas ou recriadores nessas regiões e mesmo mais recentemente na formação de imensas pastagens na área da SUDAM na tentativa de constituir cadeias completas que vão da criação ao abate e a exportação. (exemplos: SADIA em Cuiabá e a fazenda SUIÁ-MISSU do grupo italiano LIQUIGAS tb. no Mato Grosso)

Um estudo sobre as variadas formas de extorsão do sobretrabalho na pecuária constituiria uma contribuição importantíssima no esforço de aprofundar a análise marxista do campesinato brasileiro. A falta de conhecimento sobre as contradições entre os próprios pecuaristas, o peso específico do sistema do latifúndio extensivo, da grande fazenda de gado, da média empresa capitalista, da exploração de tipo familiar, da pequena produção mercantil, etc, nos obrigará a falar dos pecuaristas em geral, o que reduz bastante o alcance de uma análise da atual crise da carne. Mas não a impede na medida em que conscientes desse li-

(1) 80 mil peões trabalham nas fazendas de gado em implantação na área da SUDAM. Ver: (R) RODRIGUES PEREIRA, "O encontro na selva" Opinião nº 17, p. 5

mite nos concentremos sobre as relações entre os pecuaristas e os frigoríficos, o que nos ajudará a compreender alguns dos efeitos da monopolização crescente da economia brasileira sobre os setores agrários.

O setor de transformação industrial da carne não escapa às características de concentração e centralização do capital que dominam a economia brasileira. Coexistem nesse setor duas estruturas paralelas. Um grande número de pequenos matadouros (um estudo do IEA de 1963 relacionava 302 em todo o Brasil) ao lado dos atuais 49 frigoríficos com capital superior a 5 milhões de cruzeiros.(1) Alguns indicadores nos mostram o grau de monopolização entre esses 49 frigoríficos. Os dois maiores (SWIFT-ARMOUR e ANGLO) tem um patrimônio líquido equivalente a 30% do da totalidade das empresas constantes em tal lista. Sabemos por outro lado que os 4 maiores de São Paulo-Minas (SWIFT-AR/MOUR, ANGLO, FRIMISA e BORDON) produzem o correspondente a 70% do abastecimento dos mercados do Rio e de São Paulo. Os dois primeiros são estrangeiros. SWIFT-ARMOUR é atualmente controlado pela CAEMI, do grupo ANTUNES, isto é nominalmente nacional. ANGLO é propriedade do grupo UNION INTERNATIONAL de origem inglesa. Os dois estão entre as 200 maiores empresas classificadas segundo o patrimônio líquido. O primeiro emprega 9 291 pessoas e o segundo 3 525 tendo os dois mais ou menos a mesma relação Ativo Fixo Operacional Líquido/nº de empregados o que pode servir como critério indicador da composição orgânica do capital. Tal relação é bem mais alta nos outros setores importantes da produção industrial de alimentos (ex: Nestlé ou Anderson Clayton)

A predominância numérica dos pequenos matadouros pode ser observada através dos dados sobre a capacidade de abate. 80% das empresas de abate têm um movimento entre 1 e 50 cabeças/dia sendo que os frigoríficos que abatem mais de 500 cabeças/dia representam 2% das empresas.(2) Comprando desses pequenos matadouros e vendendo diretamente aos açougues, uma estrutura complexa de "marchantes" e "atravessadores" forma um circuito paralelo de comercialização que escapa facilmente à fiscalização dos organismos governamentais. Tal estrutura favorece os criadores pois em geral os que a compõem aceitam de pagar mais que os frigoríficos pelo boi em pé. A atual crise da carne constitui um capítulo a mais na luta dos grandes frigoríficos para exterminar os pequenos.

Numa fase anterior a tática dos grandes frigoríficos foi afluir para o estágio de "invernistas" ou recriadores, interpondo-se assim entre a cria e o abate o que lhes permite um enorme poder de fixação do preço do boi magro. Nos últimos anos lutaram para fixar o preço do boi em pé pronto para o abate. Essa evolução fica clara nas mudanças recentes da política de preços.

2. A política de preços

A SUNAB só fixava os preços para os varejistas sendo que nos elos intermediários da cadeia vigoravam as "leis da concorrência". As flutuações da oferta durante as safras e entre-safras permitiam ao circuito paralelo atrapalhar a política de preços baixos para a compra de boi, absolutamente necessária aos frigoríficos para manter suas taxas de lucro. (os pequenos matadouros enquanto empresas artesanais ou manufaturas funcionam com rentabilidade mais baixa) O preço na compra do boi para abate é um dos meios principais de transferência de valor da pecuária para a indústria de transformação. Posteriormente os "tabelamentos" da SUNAB foram completados por "acordos de cavalheiros". Trata-se da fixação a partir de um acordo com o Ministério da Fazenda, do

(1) Ver: Quem é quem na Ec. Brasileira - 1973 p.s 286 e 288

(2) (R) MILLER PAIVA e outros, op.cit., p.191

preço da arroba do boi em pé. Dessa maneira, ao invés de fixar apenas o preço no varejo, a SUNAB passou a determinar o preço de compra do boi, o preço no atacado e o preço no varejo. Desde que se conseguisse impor aos pequenos e médios matadouros a compra do boi pelo preço fixado, o esquema garantiria uma margem de lucro constante para os frigoríficos. Os exportadores (só alguns possuem todas as condições exigidas) poderiam auferir sobre-lucros dado o preço altamente compensador no mercado internacional.

Por trás de tais acordos está o Sindicato da Indústria do Frio do Estado de São Paulo (SIF-ESP), a associação corporativa dos grandes frigoríficos monopolistas. Os 22 maiores aí estão reunidos para fazer valer as leis dos monopólios. Seu presidente: o Sr. Marcílio ALESSIO do frigorífico ANGLO. Um dos primeiros acordos data do 5 de julho de 1972. Participaram da decisão 9 empresas possuindo 14 matadouros na região Central e responsáveis por 75% do fornecimento da Grande São Paulo e da Guanabara. Ele estipulava o seguinte: o preço da arroba pago aos criadores deveria ser R\$ 50,- e o preço do kg no atacado R\$ 4,20 (traseiro) e R\$ 3,20 (dianteiro). Nesse mesmo momento a exportação proporcionava R\$ 4,50 posto em São Paulo (média). Seis meses depois (dezembro de 1972) a arroba do boi gordo estava sendo paga a 70 cruzeiros e os açougueiros estavam pagando R\$ 4,65 e R\$ 6,00 pelo dianteiro e traseiro respectivamente.

No começo de janeiro de 1973 o Ministro da Fazenda anunciou a meta dos 12% e alguns dias depois um novo acordo foi assinado entre o governo e o SIF-ESP. Ele aumentava, nas tabelas, o preço da arroba a R\$ 60,-, e a R\$ 5,- e R\$ 3,50 os do traseiro e dianteiro. Foi reduzida em 63% a alíquota do ICM para os frigoríficos! No mesmo dia podia-se ler nos jornais o seguinte comentário: "O Sr. Delfim Netto vem arcando com todo o onus do combate à inflação enquanto o Ministro da Agricultura defende o quanto pode, dentro da política geral, os interesses de sua área. (...) na área da Fazenda está tudo sob controle, enquanto na da agricultura pouco se planeja e pouco se realiza em termos de integração do campo no circuito da produção capitalista. (...) Ninguém esconde que há um mal estar entre os dois ministros..." (1) Tal fixação correspondia no Rio Grande do Sul, por exemplo, a uma redução de 11,5% em relação aos preços médios obtidos na prática pelos criadores durante o ano de 1972. O presidente da Associação dos Criadores de Neolore (ACNB 6 associação representativa dos criadores que mais se destaca) afirmou que tal acordo representava "interesses voltados em benefício dos frigoríficos e em prejuízo dos pecuaristas".

Um dos articulistas tipicamente defensores de uma agricultura capitalista, o Sr. José RESENDE PERES do jornal "O GLOBO", só escrevia sobre a "verdade tarifária" do governo Castelo Branco, contra a política de Delfim. Seu "programa" pecuario: a exportação dos "traseiros" deixando só os "dianteiros" ("carne popular") para o mercado interno; - a suspensão dos incentivos para a exportação de alimentos p/animais; - a baixa dos juros para o melhoramento das pastagens; - financiamento para a compra de reprodutores; - suspensão da "caríssima colonização oficial da Amazonia, entregando esta missão aos empresários que fazem melhor, mais rápido e a mais baixo custo".

A determinação dos grandes frigoríficos em fazer respeitar o acordo que haviam fixado com o ministro, isto é, não pagar mais que 60 cruzeiros pela arroba, levou muitos de seus clientes a procurar o circuito artesanal. O SIF-ESP prevendo tal possibilidade havia criado uma "comissão ética" para fazer respeitar o tabelamento. Tal comissão

(1) O Estado de São Paulo, 17/1/73, grifos nossos.

enviou a Delfim Netto uma lista dos frigoríficos e matadouros que deveriam ser punidos. A reação dos pecuaristas foi imediata. O Sr. José Maria JUNQUEIRA de AZEVEDO presidente da Ass. dos Criadores de Nelore declarou à imprensa que o Sr. ALESSIO presidente do SIF-ESP defendia os interesses do frigorífico ANGLO em busca do monopólio da carne no Brasil. Em uma palestra organizada pelo Centro Acadêmico da E.S. de Agronomia de Piracicaba (ESALQ) ele explicou os motivos dessa acusação. Disse que na véspera da reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) que determinou o confisco cambial sobre a exportação de carne, os grandes frigoríficos haviam firmado contratos com o exterior no valor de até 38 mil dólares. Acrescentou que não era a primeira vez que se realizava esse tipo de conluio entre o Ministro da Fazenda e os frigoríficos. Em 1971 o Sr. Delfim baixou uma portaria reduzindo de 115 para 70 mil toneladas a taxa de exportação de carne, forçando uma queda do preço do boi durante 60 dias, o que permitiu a estocagem do produto pelos frigoríficos. Em seguida o Ministro revogou a portaria e as empresas exportaram mais de 130 mil toneladas obtendo altíssimos lucros. O sr. JUNQUEIRA insistiu no fim dessa palestra que "somente a luta unida de pequenos e médios criadores fará o governo chegar à razão e deixar de contrariar as leis do custo de produção".

A reação dos pecuaristas motivada pela mudança oficial da política de preços, cada vez mais ditada pelos grandes frigoríficos, se radicalizava ainda mais por acontecer justamente num momento em que os preços obtidos pelas exportações não cessavam de subir. Os pecuaristas sabiam que tal situação aumentava a margem de lucro dos frigoríficos exportadores. De uma situação onde se conseguia arrancar um pouco mais dos compradores de boi jogando com a concorrência entre eles, passava-se a uma outra onde o preço da arroba do boi para abate era fixado, garantindo assim uma maior transferência de valor para a indústria. Para os grandes fazendeiros que estão de uma forma ou de outra presentes no setor de abate, estocagem e comercialização, a situação não mudou muito (é o caso do sr. Tião MAIA). Mas muita coisa mudou para a maioria deles, assim como para a quase totalidade dos médios e pequenos criadores. Por não controlarem matadouros ou frigoríficos, eles são penalizados pela fixação do preço da arroba. Fazendo alarme em torno do "custo de produção do pequeno produtor", os grandes fazendeiros e a média empresa tentam elevar o preço da arroba a níveis que lhes permitam continuar a ter uma renda (além do lucro médio). Para os que entre eles são arrendatários, o panorama complicou-se ainda mais. O alto preço da carne leva os proprietários da terra a exigir altos alugueis pelos pastos.

3. A crise de abastecimento

Uma série de fatores (sêca na África Ocidental, alta dos preços das rações proveniente da escassez de proteínas, etc) levaram a uma diminuição do ritmo de crescimento da produção mundial de carne bovina. Paralelamente verifica-se um crescimento importante da demanda, sobretudo nos países capitalistas desenvolvidos. A decorrente alta dos preços fez aumentar continuamente as exportações brasileiras. Em toneladas a evolução foi a seguinte:

1968	1969	1970	1971	1972	1973
71 000	109 000	124 000	140 000	169 000	120 000 (\$)

(\$ com restrições (40%))

Fonte: Centro Frances do Comércio Exterior

Em fins de 1972, os exportadores brasileiros conseguiam 800 dólares por tonelada enquanto, no mercado interno, ela valia 600 dólares. Em janeiro de 1973 esses preços subiram a 1400 e 2200 dólares. A primeira medida do governo foi criar um mecanismo que visava anular a diferença de preços entre o mercado interno e o externo para

des, estimular a atividade exportadora. Foi criada uma taxa sobre as exportações paralelamente à quase supressão do ICM para os frigoríficos como medida compensatoria. Como o preço no varejo não parou de subir, o segundo passo foi o de limitar as exportações a 120 mil toneladas, distribuindo-se cotas entre os frigoríficos.

Essas decisões foram tomadas durante o conflito entre os pecuaristas e os grandes frigoríficos descrito mais acima. Mas não era o unico. Os açougueiros começavam a ter dificuldades com os consumidores. Aproveitando da situação, os frigoríficos haviam passado a distribuir "traseiro comum" ao invés de "traseiro especial" (sem costelas e banha). Isso forçava os açougueiros a aumentar seus preços pois continuavam pagando aos frigoríficos o preço estipulado (5,00). Nesse momento os supermercados fizeram uma reunião e anunciaram uma baixa do preço da carne. Por serem grandes clientes, os supermercados compram dos frigoríficos com enormes descontos. A maioria dos açougueiros compra dos marchantes e atravessadores e os que tem os frigoríficos como fornecedores não conseguem tais descontos. Foi mais um golpe arquitetado pelo SIF-ESP em sua luta contra o circuito dos pequenos matadouros e pequenos comerciantes. Desta vez auxiliado não só pelo Ministério da Fazenda como pelos grandes supermercados. As filas nas portas dos açougues aumentavam...

Os pecuaristas tentaram uma solução conciliatória. Pediram a revogação do confisco cambial propondo o seguinte plano: tabelamento rígido da carne de segunda para estimular o seu consumo e liberalização do preço da carne de primeira que poderia ser exportada sem restrições. O plano era bastante detalhado mostrando a oportunidade de se promover um mercado de "carne popular" embalada e resfriada, ao lado da carne "nobre" que teria o preço do mercado mundial. É uma idéia semelhante à do "leite especial". O Brasil exporta 90% de "dianteiro" e 10% de "traseiro". Para se inverter tal distribuição seria necessário mudar os hábitos do consumidor. Essa proposta parece ter sido iniciativa da comissão de pecuária de corte da FAESP(1). Ela não foi aceita pelo governo. Sucederam-se declarações bastante radicais dos representantes dos pecuaristas. O Sr. CHAP-CHAP, da FAESP ameaçou retirar toda a carne de primeira do mercado interno para impor na marra sua proposta. Protestos também por parte das outras associações: ACNB, ABCZ, CNA.(2) O preço mundial já era tres vezes superior ao interno. O preço da arroba, fixado a 63 cruzeiros, estava sendo praticado a 70-75. Os invernistas estocavam boi ao invés de vender. Foi nesse momento que o Ministro da Agricultura CIRNE LIMA pediu demissão (9/5/73).

A política de seu sucessor, em acordo com o Ministro da Fazenda, foi prometer créditos aos pecuaristas e lançar um programa de promoção das exportações de carne industrializada. Isso permite um aumento na entrada de divisas apesar da limitação do volume das exportações. Apesar da coerencia de tal medida com a politica economica dos grandes monopólios, isso não iria solucionar a crise de abastecimento. Em outubro a arroba já valia 130-140,00 enquanto que o tabelamento estipulava 63,00, e o consumo de carne já havia diminuído 50%. Em dezembro, o preço oficial da arroba passou a 490,-. A taxa de confisco cambial passou de 200 a 500 dolares para a carne resfriada enquanto que para a industrializada o confisco foi fixado a 250 dolares. Novos protestos: um telegrama do presidente da CNA ao sr. Delfim falava em "competição ruinosa e desigual"; os pecuaristas anunciaram uma reunião de homenagem ao ex-ministro que "seria uma fórmula de se condenar a atual politica de preços e de abastecimento em geral adotada pelo governo". O presidente da Federação de Agric. do RGS (FARSUL) condenando o aumento do con-

(1) Federação de Agricultura do Estado de São Paulo.

(2) Ass. dos Criadores de Nelore do Brasil, Ass. Bras. dos Criadores de Zebu, Confederação Nacional da Agricultura.

fisco, mostrou que 50% dos abates do RGS estão nas mãos de 10 cooperativas, e os outros com os frigoríficos, sendo que 40% destes são controlados pelas indústrias "multinacionais".

4- Os conflitos

Durante a crise algumas contradições entre diversos setores sociais se agudizaram. Um exame mais detalhado de tais conflitos pode ajudar na procura de um conhecimento mais profundo sobre o comportamento das diversas camadas sociais prejudicadas pelo movimento de concentração da economia brasileira.

Um dos aspectos que tal crise revelou foi a luta surda entre os pequenos comerciantes. Em abril de 1973 foi fundada uma Associação dos Comerciantes de Carne do Grande São Paulo agrupando de início 300 açougueiros descontentes com seu sindicato. Fizeram um memorial reivindicando ao Ministério da Fazenda, um crédito para a compra de 10 caminhões frigoríficos. Em posse desses caminhões a associação se encarregaria de distribuir a carne entre os açougues associados quebrando assim o circuito dos chamados atravessadores. Segundo tal associação, existem cerca de mil atravessadores em São Paulo e mais ou menos 6300 varejistas. Apesar de tal pedido não ter sido atendido, o presidente da associação recebeu diversas ameaças depois de constantes tentativas de suborno.

A punição dos 37 frigoríficos e matadouros "dedados" pelo SIF-ESP foi comentada por uma das revistas dos grandes patrões como segue: "A medida não afetará o abastecimento pois 22 grandes frigoríficos sobre fiscalização federal vinham operando com capacidade ociosa podendo ampliar sua produção 27,32 % !! "(1) Uma explicação mais completa é dada pelo jornal Correio Agropecuario em seu comentário de primeira página sobre tal punição. "A primeira ordem (não comprar boi além de R\$63,-/arroba) está sendo descumprida francamente pelas empresas que não foram punidas e que por serem 'tradicionalis' possuem largas cotas de exportação e podem comprar boi a R\$70,- e vender com prejuízo no mercado doméstico. Na exportação apuram por boi 'casado' mais de 6 cruzeiros por kg, na base do que acabam de divulgar a Cacex e o porta voz do governo no Senado. Além disso são as maiores estocadoras e a carne congelada será subsidiada pelo governo na entresafra. Tiveram ampliado em 50% o crédito do IPI na venda da carne industrializada para compensar o confisco de 200 dólares/tonelada."

No congresso, dois deputados se destacaram na defesa dos pecuaristas e pequenos matadouros: o Sr. DIAS MENEZES e o sr. CARDOSO DE ALMEIDA. Convidado a uma das sessões que discutiu a questão, o presidente da ACNB (JUNQUEIRA) declarou: "A condenação é suspeita porque partiu do Sindicato da Indústria do Frio e de seu presidente que também é diretor de um frigorífico internacional que mantém monopólio em vários países." (referindo-se ao Sr. ALESSIO do frigorífico ANGLO). Um editorial do jornal "O Estado de São Paulo" (março-73) defendendo o SIF-ESP acusa os frigoríficos nacionais de praticarem o cambio negro e a sonegação. Os estrangeiros não o fariam devido à sua estrutura não ser tão "primária". O editorialista diz ser há muito tempo defensor de uma "campanha de saneamento moral" entre os matadouros, ao que sempre lhe responderam: "sem lhes permitir tais abusos, os matadouros nacionais não teriam condições de concorrer com seus congêneres estrangeiros radicados no país". Continua: "o presidente da entidade representativa dos frigoríficos é acusado de alimentar intenções monopolísticas, muito embora a participação da empresa a que pertence, no abate total do país tenha correspondido no ano passado a 1,88 %. Cabe portanto lembrar que

(1) Revista BANAS da quinzena seguinte à punição.

a participação da totalidade das empresas estrangeiras no abate nacional não alcança 6 %". Esse é o argumento que os defensores dos monopólios estrangeiros encontram em sua propaganda jornalística. Ele não diz que o SWIFT-ARMOUR e o ANGLO sozinhos detêm 1/3 do capital total dos frigoríficos, e que o único outro frigorífico do mesmo calibre, o FRIMISA, propriedade do governo de Minas, vem sendo ameaçado de venda pelas iniciativas que a burguesia associacionista vem tomando na Assembleia Legislativa daquele estado. No Brasil os grandes trustes alimentares internacionais ainda não terminaram sua ação de concentração. Tal ação é parcialmente obstaculizada por uma série de condições que permitem a sobrevivência de um enorme circuito "artesão" formado por pequenos matadouros (algumas vezes até clandestinos), pequenas cooperativas, atravessadores, marchantes, uma infinidade de açougueiros etc, etc. Não chegamos ainda à situação (desejada pelo citado editorial) dos Estados Unidos, onde depois de um processo de lutas violentíssimas, 4 grandes frigoríficos, auxiliados por algumas dessas "campanhas de saneamento moral" conseguiram dominar totalmente o setor da carne bovina. Seria inútil dizer que são os mesmos que operam no Brasil e na Argentina. É verdade que no Brasil eles ainda não controlam todo o mercado (noção burguesa de monopólio), mas a concentração de capital no setor está bem avançada e é ela que leva à luta aberta para exterminar os pequenos matadouros que impedem os acordos sobre preços.

Durante a "Semana da Pecuária" organizada pelo Centro Acadêmico da ESAIQ, o Sr ALVES SANTIAGO, diretor do Instituto de Zootecnia de São Paulo chegou a dizer: "O contrabando de gado bovino no sul do Brasil é o único instrumento de defesa que resta ao produtor para enfrentar a política tirana e avessa à realidade praticada pelo Ministro da Fazenda". Essas palavras somadas às do Sr. JÚNQUEIRA citadas mais acima assim como a carta-renúncia do Sr. CIRNE LIMA mostram o acirramento a que chegam as contradições entre os setores agrários e a política econômica da ditadura militar a serviço dos monopólios. Baixar a 12% a taxa de inflação significou objetivamente, no caso da carne, uma modificação sensível na repartição da mais-valia total. Para impedir o aumento dos preços no mercado interno, a aliança Delfim-Grandes frigoríficos-Supermercados fez os pequenos matadouros, os açougueiros e os pecuaristas entenderem que o desenvolvimento monopolista do capitalismo reserva para eles um destino um pouco sombrio.

-X-

Não iremos longe nas conclusões devido a falta de dados precisos sobre o peso específico dos diferentes sistemas de produção e relações de trabalho na pecuária de corte. Os efeitos concretos do processo de concentração da economia são diferentes segundo a relação social de produção em que está inserido cada criador. Um mecanismo é comum à maioria dos pecuaristas: no latifúndio, assim como nas grandes fazendas, na média empresa de criação intensiva, etc., a composição orgânica do capital é inferior a do capital social médio. Uma transferência de valor se opera em direção da indústria, sobretudo pela formação do preço do boi. Numa situação em que a procura ultrapassa a oferta, é o valor do boi produzido nas piores condições que deveria regular o mercado. Donde a necessidade para o capital de impedir que o preço da arroba suba a níveis mais elevados que o preço de produção médio do setor, o que possibilitaria uma maior apropriação, pelos próprios empresários rurais e proprietários da terra, do sobretabalho fornecido pelos trabalhadores da pecuária. Sendo a procura maior que a oferta no mercado internacional, a liberdade de exportar leva a um aumento da procura interna pelos frigoríficos, o que desencadearia tal mecanismo. Solução: restrições às exportações sem prejudicar a "margem" dos frigoríficos garantida pelo tabelamento da arroba do boi e do Kg da carne. Os pecuaristas são impelidos a pedir o fim do confisco cambial e a mudança dos níveis de tabelamento. Sem êxito, utilizam cada vez mais o circuito paralelo, atacam abertamente a política econômica e os frigoríficos estrangeiros. No caso da carne, eles perceberam melhor que os inimigos são os monopólios. Caberá ao novo governo ditatorial em sua versão 74 tentar reconciliar pelo menos os grandes pecuaristas e os frigoríficos...

O SETOR DE ESTADO A SERVIÇO DOS MONOPÓLIOS :

I- PETRÓLEO

Marta Alves

O estudo da economia brasileira remete necessariamente ao estudo do papel econômico do Estado, em vistas de avaliar seu peso e suas funções reais no processo de acumulação monopolista, que, como o afirma nosso Projeto de plataforma, é a tendência dominante da economia brasileira. Este estudo sobre o petróleo é o primeiro de uma série, que, no interior do processo coletivo de aprofundamento das teses contidas naquele documento político dos marxistas-leninistas de DEBATE, procurará tratar dos vários aspectos da ação estatal na economia brasileira. São eles, no essencial, os seguintes :

- (1) atividades diretas do Estado na produção, e em especial, no petróleo, na siderurgia e na eletricidade
- (2) instituições econômicas e financeiras especializadas em serviços : BNDE, BNH, CEF, etc.
- (3) setor público "strictu sensu", incluindo a análise das finanças públicas.

Alguns dos problemas teóricos relativos à intervenção estatal na acumulação monopolista são tratados no artigo de F. de Andrade publicado neste mesmo número. De nossa parte, o fato de começarmos pelo estudo das atividades diretas do Estado e, dentre estas, pela análise da Petrobrás, de sua filial Braspetro e de suas subsidiárias Petroquisa e Petrobrás Distribuidora se deve a considerações práticas e concretas, entre as quais o fato óbvio de ser a maior empresa do Brasil, de ser uma empresa estatal de apresentar o maior faturamento, lucro líquido e patrimônio líquido, assim como pela importância que assume o estudo da política energética do Brasil no momento em que se agrava a crise energética internacional. Merece também ser levado em conta que o novo ditador do Brasil foi presidente da Petrobrás durante os últimos anos.

A produção nacional de óleo bruto representou em 1972 apenas 26,8% do consumo interno (consumo total: 36.262 mil m³; produção: 9712 mil m³). Nos últimos anos não somente não foram descobertos novos e importantes lençóis (se excluirmos a notícia ainda não confirmada da descoberta de extenso lençol na plataforma submarina) como também as necessidades de consumo do país elevaram-se subitamente, devido ao forte crescimento da indústria automobilística e a opção prática de basear o sistema de transportes nacional nas rodovias. Isto revela a extrema dependência do país em matéria de abastecimento de petróleo. No entanto a Petrobrás, em termos empresariais, teve um enorme crescimento de 1965 para cá. Seu capital, que em 1973 estava distribuído na base de 80% para a União, 9,3% para Estados, municípios e outras entidades de direito público e 10,7% para entidades de direito privado, pessoas físicas e jurídicas, evoluiu da seguinte maneira de 1954 a 1973 :

(em NCr\$ milhões)

1954= 4	1967= 1380	1971= 4185
1958= 16	1968= 1932	1972= 5943
1962= 50	1969= 2456	1973= 10 127
1965= 345	1970= 2947	

(excluimos os capitais das subsidiárias)

Entre 1965 e 1972 o aumento total de capital foi de 1700%, isto é, um aumento anual médio de 211%. Excluindo a correção monetária aplicada à reavaliação de ativos que foi em média de 16% ao ano, sobram 195% por ano de aumento médio, do qual deve-se ainda deduzir a parte de inflação superior à correção. Mesmo assim, este aumento foi bastante significativo, principalmente se considerarmos que essas cifras se referem unicamente à Petrobrás e não incluem os capitais da Petroquisa e da Petrobrás Distri-

huidora.

É sabido que a Petrobrás exerce monopólio na pesquisa, produção, e transporte de petróleo. No entanto as pressões em contrário nunca deixaram de existir e se acentuaram ultimamente com a crise energética mundial e o conseqüente aumento de preços do petróleo. É o que revela a revista Visão de 27/VIII/1973 numa nota publicada na secção "Bastidores": "Executivos da Petrobrás e da Exxon estariam tendo, segundo informações veiculadas em Nova York, encontros informais para conversar sobre possíveis explorações conjuntas na plataforma submarina brasileira. Nenhum resultado concreto teria surgido ainda dessas conversações e a Petrobrás continua firme em sua disposição de manter 51% do controle de qualquer operação que as duas empresas possam promover juntas". Igualmente em Visão de 24/12/1973 lemos que: "A pressão oposicionista por um jogo mais aberto (sobre a crise de energia) só não seria maior pelo receio de que a controvérsia sobre o petróleo pudesse reabrir a questão do monopólio estatal, no momento em que partidários do monopólio dentro e fora do governo, estariam na defensiva, por dois motivos: (1) a impossibilidade da Petrobrás de mobilizar recursos para descobrir petróleo no território brasileiro e simultaneamente garantir o abastecimento do produto e seus derivados; (2) a aparente contradição entre a política externa da Braspetro e a política interna do monopólio. Critica-se o fato de a Braspetro se associar a empresas estrangeiras para explorar petróleo fora do país, enquanto a Petrobrás se nega a fazer o mesmo aqui dentro." Cabe dizer a este respeito que o primeiro motivo alegado não tem aparentemente razão de ser, já que na atual conjuntura, as possibilidades de conseguir financiamento para produção de petróleo são grandes. (Se dizemos aparentemente é porque sabemos que financiamentos tão elevados não podem ser conseguidos junto a bancos particulares e que se teria pois de recorrer a financiamentos de governo para governo ou de organismos financeiros internacionais controlados pelo imperialismo. Estes últimos podem preferir pressionar no sentido da associação da Petrobrás com grupos monopolistas estrangeiros. Isto ficou bastante claro por ocasião da visita ao Brasil do então secretário de Estado norte-americano William Rogers em maio de 1973. O Estado de São Paulo de 8/V/1973 notou a este respeito que "a visita poderá dar início aos entendimentos para a participação dos EUA nos trabalhos de exploração da plataforma brasileira... O interesse norte-americano em associar-se ao esforço brasileiro para explorar a plataforma vem sendo mostrado desde alguns meses por iniciativa do setor privado. Representantes das principais firmas petrolíferas entre as quais a Esso, a Texaco e a Shell já procuraram a Petrobrás para oferecer seus serviços e recursos na exploração do mar territorial brasileiro... Se for aprovado o esquema proposto, as empresas norte-americanas serão responsáveis pelos investimentos necessários aos trabalhos de prospecção e exploração, e, em caso de descoberta de petróleo, parte do produto ser-lhe-á entregue para livre comercialização aqui ou no exterior".

O segundo motivo alegado merece uma análise especial. O decreto de 21/VII/1971 permite à Petrobrás realizar pesquisas no exterior ela própria ou em associação com outras companhias sem prévia autorização do governo brasileiro. Para esse fim a Petrobrás criou uma subsidiária Petrobrás Internacional ou Braspetro. A Petrobrás, através da Braspetro, participa, entre outros, de trabalhos de lavra de petróleo no Iraque, Colômbia, Egito e Madagascar. Em Madagascar atua associada à Chevron Overseas, dos EUA. No Iraque, à Irak National Oil Co. Existe um acordo comercial firmado pelos dois países em 1971 que estabelece que os contratos entre exportadores brasileiros e importadores iraquianos deverão ser feitos, sempre que possível, simultaneamente com importação de óleo cru pela Petrobrás. O objetivo desta cláusula é vincular as compras de petróleo brasileiras à venda de manufaturados brasileiros. Na Colômbia a Braspetro adquiriu 50% das ações da Tennecol pertencentes à Southdown Inc. e 50% e 100% respectivamente das concessões da mesma Tennecol e Petrocol

nas bacias de Yari e Refugio. A Petrobrás continua a ser supridora de recursos da Braspetro, mas segundo o Jornal do Brasil estes recursos, que somavam no início de 1973, Cr\$ 38 milhões, poderão ser no futuro, convertidos em participação de capital ou em financiamento. Estes dados mostram as razões das que apontam a criação da Braspetro como ameaça ao monopólio estatal: (1) os investimentos no exterior desviam uma parte dos recursos que poderiam ser destinados à pesquisa dentro do país; (2) as companhias internacionais poderiam impor suas condições para admitir a Braspetro como associada no exterior e uma delas poderia eventualmente ser a admissão de grupos monopolistas estrangeiros na exploração, produção e refino do petróleo no Brasil.

Na verdade a utilização do sistema de "holding-subsidiárias" não se restringe à Braspetro. Este mesmo sistema foi utilizado na criação da Petroquisa em 1967. A criação da Petroquisa foi um artifício jurídico para permitir à Petrobrás associar-se minoritariamente com grupos monopolistas nacionais e estrangeiros no setor petroquímico. Com um capital de 562 milhões de cruzeiros a Petroquisa participa de 28,1% da Poliolinas, 27,75% da Oxitenó, 50,6% da Coperbo, 80% da Nitroflex e sua participação original na Petroquímica União era de 26,12%. Esta última no momento de sua criação representou um investimento inicial de U\$ 74,4 milhões devendo atingir posteriormente 126 milhões, 25% dos quais devendo ser investidos pela Refinaria União (grupo Soares Sampaio), 25% pelo grupo Moreira Sales e 13,88% pela Cotil II (Peri Igel/Monteiro Aranha). Com a constituição, em 1969, da sociedade holding Unipar em que o capital social se repartia meio a meio entre os grupos Soares Sampaio e Moreira Sales, esta sociedade passou a controlar 50% do capital da Petroquímica União. Ora, os cálculos originais foram sendo sucessivamente reajustados e subiram para U\$ 180 milhões. Para acompanhar o programa de investimentos foi necessário um aumento de capital em 1972, essencialmente através do aumento da participação da Petroquisa (portanto do setor estatal) que passou a deter 41,8%, cabendo à Unipar 51,7% do capital total da Petroquímica União. Em 1973 elevou-se a participação da Petroquisa para 51,2%, tornando-se pois majoritária.

O caso da Petroquímica União não é especial. Em todo o setor petroquímico a presença estatal, relativamente fraca no início, tornou-se, no espaço de dois anos, extremamente importante. Tudo indica que a Petroquisa elevou substancialmente sua participação por causa da insuficiência de investimentos privados, que têm sido extremamente inferiores ao que fora previsto inicialmente, tanto no referente aos monopólios nacionais quanto estrangeiros (Du Pont de Nemours, Bayer, Dow Chemical, Hoechst, Rhône Poulenc e outros). Mesmo quando se realizam investimentos privados, é o BNDE quem adianta os recursos necessários e tudo indica que ficará com ele parte importante das ações preferenciais. É mesmo provável que diante da massa de investimentos necessários, a longo prazo o BNDE, juntamente com a Petroquisa se tornem os dois maiores acionistas do setor petroquímico.

Mas porque esta insuficiência de investimentos privados no setor? Várias hipóteses foram levantadas. A primeira é de que o volume de recursos necessários ultrapassou as previsões dos grandes capitalistas que não puderam acompanhar o ritmo necessário de investimentos. A segunda é de que o setor petroquímico não se revelou a "galinha dos ovos de ouro" que se esperava, a taxa de lucro não sendo aí suficientemente grande para satisfazer os grupos monopolistas privados. Há fatos que podem fundamentar ambas as hipóteses. No referente à primeira, lembremos a venda da Refinaria de Capuava (que pertencia ao grupo Soares Sampaio), à Petrobrás. Esta queria que o grupo Soares Sampaio utilizasse o dinheiro recebido pela venda de Capuava no aumento do capital da Petroquímica União. O grupo preferiu no entanto investir este dinheiro para melhorar a situação

do Banco União Comercial, controlado por ele. Este banco passava por grandes dificuldades, malgrado as afirmações em contrário de seu diretor Roberto Campos. A segunda hipótese partia do fato de que o petróleo tem seus preços internos subsidiados pelo Estado, o que implica tanto o barateamento da gasolina para particulares e para o transporte de mercadorias -feito essencialmente por rodoviãs- quanto o financiamento indireto do setor petroquímico, que compra sua principal matéria-prima a preços inferiores aos vigentes no mercado mundial. Com a alta do preço do petróleo, estes subsídios alcançaram, em janeiro de 1974, a soma de 120 milhões de dólares mensais. É praticamente certo que a questão dos subsídios será em breve reexaminada, o que fará com que a alta do preço do petróleo repercuta brutalmente no sistema de preços interno, e especialmente nos custos de produção do setor petroquímico. Nessas condições, a taxa de lucro do setor cairia muito. Embora seja cedo para dizer qual das duas hipóteses é a mais correta, é seguro que a presença estatal no setor petroquímico, já bastante forte, tenda a aumentar a longo prazo.

Se descrevemos tão longamente este processo, é que ele indica tendências opostas às anteriormente descritas no caso da prospecção e exploração do petróleo. A ação estatal no caso do petróleo e seus derivados pode então ser sintetizada da seguinte forma: o Estado supre as deficiências da acumulação interna de capital ou a insuficiência de investimento estrangeiro no setor petroquímico ao mesmo tempo em que tende a devolver aos monopólios imperialistas a produção de petróleo. Em ambos os casos, a composição orgânica do capital é muito elevada, implicando em importantes investimentos iniciais. As atitudes opostas dos monopólios e do Estado em relação a estes dois setores (petróleo e petroquímica) não se explica pois por estes fatores (composição orgânica e volume de investimentos iniciais), mas sobretudo pela taxa de lucro que cada um deles pode oferecer nas circunstâncias atuais. As reservas mundiais de petróleo até agora conhecidas tendem a se esgotar num prazo de quarenta anos o que acarreta a grande alta do produto e os sobre-lucros extraordinários obtidos pelos monopólios operando no setor. Donde a ânsia por obter novas fontes de suprimento. Ao mesmo tempo, a reticência em investir num setor (petroquímica) que elabora uma matéria prima cujo preço triplicou em curto espaço de tempo. Evidentemente, se os monopólios estrangeiros e nacionais tivessem a certeza de que o Estado brasileiro continuaria subsidiando o petróleo vendido no mercado interno, então estaria assegurada uma taxa de lucro interessante no setor petroquímico. Mas é evidente que nas condições atuais o Estado brasileiro não tem condições de assegurar, a preços subsidiados, um volume de petróleo suficiente para abster o consumo produtivo do setor petroquímico. Vejamos que solução o novo ditador Ernesto Geisel, entendido em questões petrolíferas, inventará para o problema...

Marta Alves

A TEORIA DO CAPITALISMO MONOPOLISTA DE ESTADO E A ECONOMIA BRASILEIRA

Fernando de Andrade

DEBATE teve a iniciativa, no movimento socialista do Brasil, de colocar a questão da transformação monopolista de Estado de nossa economia e de nossa sociedade. Não vai nisso nenhuma presunção, tanto mais que esta teoria (do CME) vem sendo há muitos anos discutida no movimento comunista internacional, e mais recentemente -a partir de 1966- reelaborada e aprofundada pelos marxistas franceses do PCF. Trata-se antes de um ovo de Colombo: foi por nos termos preocupado, de maneira sistemática e conseqüente, com a questão da hegemonia da burguesia monopolista no regime de ditadura militar e com a questão do papel determinante do setor de Estado na economia nacional -isto é, no desenvolvimento do capitalismo em nosso país, que, como convergência desta dupla preocupação,

fomos levados a nos perguntar se as relações dominantes de produção no Brasil se tornaram monopolistas de Estado ou se ainda são simplesmente monopolistas ou ainda se as características históricas do desenvolvimento do capitalismo em nosso país (passado agrário-mercantil-esclavagista, peso específico importante do capitalismo de Estado na formação de nossa indústria de bens de produção, presença dominante dos monopólios estrangeiros em nossa economia, etc.) não teriam criado uma forma econômica "sui generis", como o decantado (por alguns sociólogos de esquerda) modo de produção capitalista dependente, ou mesmo, como diz a TL/ALN, "um capitalismo monopolista de estado dependente". Desde o editorial de DEBATE-5 temos insistido na importância de buscar resposta a estas e outras questões referentes à teoria do CME e sua aplicabilidade a nosso país. É tempo de tratá-la de maneira mais sistemática, dentro do processo de aprofundamento e desenvolvimento de nosso Projeto de plataforma política.

O que é o Capitalismo Monopolista de Estado?

No plano teórico, a teoria do CME retoma e desenvolve o problema central que Marx deixou aberto no Capital (livro III, seção 3 - "lei da baixa tendencial da taxa de lucro"-) sobre as condições em que prossegue a acumulação capitalista numa situação de super-acumulação crônica do Capital, determinada pelo movimento objetivo da contradição fundamental do modo de produção capitalista (a produção assume caráter cada vez mais social, na medida em que uma massa cada vez maior de trabalho morto se defronta, sob a forma de Capital, com uma massa cada vez menor, em termos relativos, de trabalho vivo e a apropriação do produto do trabalho social, sendo privada, encontra obstáculos cada vez maiores para reproduzir-se, posto que quanto menor for a relação trabalho vivo/trabalho morto, menor será a taxa de lucro). Historicamente, foi com a crise de 1929 e a grande depressão a que deu lugar, que se configurou a super-acumulação crônica. Os principais teóricos marxistas estão inteiramente de acordo sobre este ponto. Paul Boccara, em seu importante estudo Capitalismo Monopolista de Estado, Acumulação do Capital e Financiamento Público da Produção apresentado na Conferencia Internacional de Choisy le Roi, realizada de 26 a 29 de maio de 1966 (as referências a este artigo são as do número especial da revista Economie et Politique, consagrada a esta Conferência), afirma que "teria sido, ao menos principalmente, com a crise e a grande depressão dos anos 1930 que apareceu uma super-acumulação de capital de tal ordem que gerou na maioria dos países capitalistas adiantados, um bloqueio duradouro da expansão, ou ao menos, freiou-a a ponto de tornar necessário o desenvolvimento maciço da desvalotização crônica do capital, sob a forma de financiamento público da produção" (Boccara, p. 28).

A teoria do CME deve cumprir dois requisitos : (1) vincular-se rigorosamente à teoria do capitalismo tal como foi desenvolvida por Marx e (2) dar conta dos fenômenos concretos que caracterizam o capitalismo em nossa época. Requisitos evidentemente complementares e estritamente solidários. Sem a vinculação conceptual à teoria do modo de produção capitalista, os escritos sobre o CME vão pouco além da constatação banal de que nas economias capitalistas atuais o papel do setor de Estado se torna cada vez mais importante, e que ele está a serviço dos monopólios. É o que ocorre por exemplo com o livro do economista soviético Victor Tchepprakov (Le capitalisme monopoliste d'Etat, Moscou, Editions du Progrès, 1969) que permanece na descrição exterior, epifenomênica do CME. Interessante pelos dados empíricos que fornece, o trabalho em questão prima por seu marxismo vulgar, isto é, por sua incapacidade de determinar a lógica interna que conduziu o capitalismo de uma etapa à outra. Exemplo cabal é a primeira grande "particularidade distintiva" do CME segundo o autor : "há união do poder dos monopólios (oligarquia financeira) com o poder do Estado burguês, que se entrelaçam e se fundem - cabendo aos monopólios o controle da economia e do Estado - num mecanismo único destinado a salvar o regime capitalista e ao mesmo tempo a aumentar

os super-lucros da burguesia imperialista" (Tcheprakov, p.15). As outras "particularidades distintivas" são definidas com o mesmo grau de generalidade e com a mesma imprecisão terminológica ("fusão", "mecanismo único", etc., como se Estado e monopólios fossem uma coisa só, obedecessem a mecanismos idênticos e desempenhassem na sociedade burguesa contemporânea exatamente o mesmo papel). A única diferença é que o Estado burgues "intervém enquanto capitalista coletivo" (ib., p.15), o que nos leva a perguntar se antes do CME o Estado burguês já não intervinha na economia como um "capitalista coletivo" ou ainda porque então subsistem capitalistas individuais ao lado deste capitalista coletivo. Essencialmente, a pobreza de trabalhos deste tipo, o caráter vulgar do marxismo que utilizam, consiste em que nem sequer lhes ocorre a necessidade de mostrar de que maneira o CME é o resultado do processo objetivo de desenvolvimento das contradições do capitalismo, e porque estas contradições levam a este resultado ("fusão", "mecanismo único" Estado-monopólios, etc.) e não a outro. Nada mais fácil do que afirmar retrospectivamente que as coisas tinham mesmo que ocorrer assim. Mas se isto fosse tão óbvio, se o CME estivesse perfeitamente contido no capitalismo de livre concorrência como a galinha no ovo, então seria de estranhar que Marx não tivesse ele próprio apontado sua necessidade. Se não o fez, não há de ser porque lhe faltasse o talento dos Tcheprakov...

Donde a importância da contribuição dos marxistas franceses do PCF e em particular de Paul Boccara, que elevaram a doutrina do CME à condição de teoria científica do desenvolvimento contemporâneo do capitalismo. Os requisitos teóricos acima enunciados foram perfeitamente cumpridos pela equipe da revista *Economie et Politique*, a partir do trabalho já citado de Boccara, que partindo explicitamente da teoria da acumulação tal como Marx a desenvolveu no *Capital*, para mostrar o desenvolvimento dialético da categoria de super-acumulação e elaborar, a partir das indicações e da problemática de Marx (*Capital*, livro III, secção 3) o conceito de desvalorização do capital, e a partir dele, o conceito de financiamento público da produção, enquanto categoria específica e original do CME. Estava definida a problemática científica do CME e criadas as condições teóricas para a elaboração sistemática da etapa atual do desenvolvimento do capitalismo.

Do conceito de super-acumulação à teoria do CME

Em sua forma mais abstrata, super-acumulação do capital significa "excesso de acumulação de capital numa dada sociedade capitalista, em relação aos limites de soma total de mais-valia ou de lucro que podem ser obtidos para valorizar este capital" (Boccara, p.24; grifos do autor). "No caso extremo de super-acumulação absoluta, ao emprego de uma quantidade adicional de capital não pode corresponder nenhum lucro adicional. Este lucro adicional é igual a zero" (ib., p.24). Mas na prática, mesmo uma super-acumulação relativa, fazendo o lucro possível descer abaixo de um mínimo socialmente determinado, pode conduzir à "ruptura do processo de acumulação" (ib., pp.24-25). Determinada pela elevação da composição orgânica do capital social médio, que afeta a taxa de lucro (já que é necessária uma quantidade cada vez maior de capital para explorar uma mesma quantidade de trabalho), a super-acumulação exprime um adiantado estágio de maturação da contradição fundamental do MPC, ou, para exprimir a coisa politicamente, traduz a sobrevivência tardia do capitalismo numa época em que a revolução socialista já se tornou - e de há muito - economicamente necessária e politicamente possível. Elevação da composição orgânica, baixa da taxa de lucro, ruptura da acumulação, eis os três elos da super-acumulação. A "solução" capitalista para a super-acumulação seria - e historicamente foi assim - que as coisas se passaram, especialmente a partir da crise de 1929- desvalorizar "algumas frações quantitativa e qualitativamente determinadas do capital social total", ao mes-

mo tempo que "as outras porções do capital global poderiam, correlativamente, não apenas proporcionar uma taxa de lucro suficiente, mas inclusive continuar a acumular... A economia no seu conjunto prosseguiria crescendo com a acumulação capitalista e o progresso das forças produtivas" (ib., p.28). Compreende-se o mecanismo a que alude Boccara : a desvalorização do capital baixaria o valor do trabalho morto em relação ao trabalho vivo, fazendo portanto baixar a composição orgânica do capital social total e aumentar a taxa de lucro. A categoria do financiamento público da produção constitui exatamente o elo de articulação do Estado burguês com os monopólios já que o Estado, por se apoderar de uma fração do sobre-produto social por meios distintos da lógica de acumulação capitalista, isto é, pelo imposto, direto ou indireto (seria interessante estudar até que ponto a inflação, fenômeno característico do capitalismo contemporâneo, representa justamente uma forma de "imposto indireto" que permite ao Estado financiar os monopólios), pode assumir o encargo de "baratear", através de subsídios, financiamentos diretos, empréstimos a uma taxa de juro inferior à do mercado, etc. , o capital constante dos monopólios ("desvalorizando o capital") fazendo baixar a relação trabalho morto/trabalho vivo e portanto subir a taxa de lucro (que, para uma dada taxa de exploração, corresponde à relação entre o capital investido e a mais-valia extorquida). Seria pois o seguinte o esquema de reprodução do CME :

ELEVAÇÃO DA COMPOSIÇÃO ORGÂNICA- BAIXA DA TAXA DE LUCRO- SUPERACUMULAÇÃO- RUPTURA DA ACUMULAÇÃO- DESVALORIZAÇÃO DO CAPITAL (FINANCIAMENTO PÚBLICO DA PRODUÇÃO)- RETOMADA DA ACUMULAÇÃO

Esta exposição -obviamente insuficiente- permite no entanto mostrar em que sentido a teoria do CME cumpre o requisito número 1 da teoria marxista do desenvolvimento contemporâneo do capitalismo. Ela permite em especial dissipar a confusão, bastante comum, entre setor de Estado (enquanto conjunto das empresas estatais) e capitalismo monopolista de Estado. Não é porque o Estado é proprietário de muitas empresas que existe capitalismo monopolista de Estado, como parecem pensar os marxistas vulgares. O essencial é saber se existe desvalorização do capital através do financiamento público da produção. É de resto sabido que justamente o país capitalista mais desenvolvido de nossa época -os Estados Unidos- apresenta um setor de Estado extremamente modesto, sobretudo em termos relativos. No entanto, segundo dados citados por Tchepprakov, a participação do setor de Estado no Produto Nacional Bruto dos Estados Unidos passou de 8,2% ao fim dos anos 1920 a 14% em 1940, 20,1% em 1959 e 21,2% em 1962. O que mostra que embora o financiamento público da produção não suponha necessariamente um poderoso setor estatal na indústria, o desenvolvimento do CME tende a favorecer o desenvolvimento da estatização, o que de resto provoca uma das contradições mais características do CME e indica a via histórica de superá-lo : a estatização monopolista as forças operárias e populares devem opor a nacionalização democrática, abrindo a via ao socialismo.

Mas o segundo requisito da teoria é tão necessário quanto o primeiro. Ele se resume na fórmula seguinte : em que sentido as formas econômicas concretas da intervenção do Estado capitalista na economia e em geral o conjunto dos fenômenos típicos do capitalismo contemporâneo constituem efetivamente o desenvolvimento concreto das categorias do CME? Boccara coloca o problema de maneira rigorosa a propósito do caso francês. Para mostrar que o MPC na França atingiu a etapa do CME, ele parte de duas hipóteses, que trata de fundamentar objetivamente : (1) as formas do financiamento público atual representam uma desvalorização do capital e (2) esta desvalorização foi determinada por uma situação de super-acumulação do capital (Boccara, p.29 e ss.). Na realidade, estas duas hipóteses são solidárias, porque não é qualquer desvalorização do capital

que configura a existência do CME, e sim aquela determinada por uma situação de super-acumulação crônica do capital. O concreto é síntese de múltiplas determinações, é unidade efetiva de múltiplas condições históricas. O CME não é nem a simples desvalorização do capital, nem a super-acumulação em geral, nem qualquer financiamento público da produção. É o modo concreto de produção em que se articulam todas estas determinações históricas sobre a base da concentração e da centralização do capital, da revolução técnico-científica, da extraordinária elevação da composição orgânica do capital social médio nos setores determinantes da produção, da circulação e do sistema de crédito, enfim, da extrema socialização do processo de produção no interior das relações capitalistas de produção.

O fato do concreto ser síntese de múltiplas determinações não significa no entanto que elas todas tenham o mesmo peso determinante. O que caracteriza a crise da expansão monopolista simples e torna necessária objetivamente a passagem para a fase do monopólio de Estado é a super-acumulação. Esta se torna evidente, segundo Boccara, com a crise dos anos 1930 (ib., pp.30-31). Super-acumulação, diz Marx, é super-produção de capital, "não de mercadorias singulares -embora a super-produção de capital implique sempre super-produção de mercadorias" (Capital, livro III, t.1, p.264 nas Ed.Sociales). Isto é, há super-produção de capital quando há excesso de acumulação em relação às possibilidades de valorizá-lo e isto não de maneira fortuita e acidental, ou por causa de especulações desenfreadas como aquelas que Marx descreve no meio do século XIX na Inglaterra, mas de maneira crônica. Como afirma Dobb (Economia política y capitalismo, FCE, pp.173-174), "o que Marx tinha chamado de "super-produção de capital" manifestou-se inevitavelmente de forma aguda (na crise de 1929). As inversões cessaram repentinamente, tanto ao nível internacional quanto ao nível interno, provocando a progressiva paralisia econômica de 1930 e 1931". Não há dúvida portanto, e tanto Dobb quanto Boccara são categóricos a este respeito, de que a crise de 1929 assinalou a entrada do capitalismo enquanto modo de produção dominante em escala internacional, e especificamente nos países capitalistas desenvolvidos, numa situação de super-acumulação crônica. O CME constitui neste sentido a "solução" capitalista para a super-acumulação crônica: o financiamento público da produção promovendo a desvalorização do capital segundo as exigências da lógica da acumulação monopolista, subordina a esta a reprodução capitalista em seu conjunto e coloca nas mãos do Estado burguês monopolista os recursos necessários à execução de uma política anti-cíclica permanente, que tem conseguido desviar e atenuar os efeitos da contradição fundamental do capitalismo, adiando ou melhor atrasando sua decomposição histórica.

CME na América Latina e no Brasil?

Num editorial intitulado "As bases para a reunificação dos marxistas-leninistas brasileiros" (Unidade e luta numero 5-6, de janeiro-abril 1973) o grupo TL/ALN apresenta cinco questões básicas para a dita reunificação. Entre elas, "caracterizar a sociedade brasileira como emergente de um capitalismo monopolista de Estado, resultado de um desenvolvimento desigual das forças produtivas nos diversos ramos da produção e nas distintas regiões do país. Um capitalismo monopolista de Estado dependente (grifos do original) dos grupos imperialistas, em especial do imperialismo isaque, e que não tem um grau de maturidade igual aos países capitalistas avançados". Esta tomada de posição, na falta de outros méritos, tem ao menos o de mostrar que a questão do CME começa a aparecer em nossa esquerda, havendo inclusive quem já queira fazer dela uma "base de reunificação" dos marxistas-leninistas! Somos obrigados por isso mesmo a examinar a natureza da operação ideológica que os

levou a tanto, assim como a maneira de apresentá-la. No mesmo número de Unidade e luta, há um artigo consagrado ao "Reboquismo do PCB e a burguesia nacional", que se esforça em combater "as ilusões em "saídas" através das quais a "burguesia nacional" apoiando-se no capitalismo de Estado possa estabelecer um "governo nacionalista e democrático" (p.41). É para evitar estas ilusões que o artigo citado considera que "não podemos mais confundir "capitalismo de Estado" com "capitalismo monopolista de Estado" (de nossa parte nunca cometemos tal confusão; possivelmente a observação terá caráter auto-crítico) e desenvolve a teoria de que "a partir do golpe de 1964...esse capitalismo de Estado passou a funcionar no contexto de um capitalismo monopolista de Estado que consiste "na subordinação do aparelho de Estado aos monopólios capitalistas"(esta última definição tendo sido extraída pelo articulista do Manual de Economia Política da URSS). É difícil criar tanta confusão com tão poucas palavras. Antes de mais nada a brilhante definição do CME como "subordinação do aparelho de Estado aos monopólios capitalistas". Não dispomos do Manual da Academia de Ciências da URSS e portanto não podemos saber se o articulista da TL/ALN deslocou a frase de seu contexto. Dispomos só do dito artigo de Unidade e luta, de modo que é a este que cabe observar que antes mesmo do Brasil passar à etapa do CME (a supor a hipótese de que o Brasil já seja um país de capitalismo monopolista de Estado), o aparelho de Estado já se encontrava a serviço dos monopólios. No governo Kubitschek ou no governo Jânio isto nos parece rigorosamente indiscutível e o governo Goulart nos parece uma tentativa derrotada de tentar arrancar aos monopólios este domínio (ainda que mesmo este ponto mereça discussão). E de modo geral, o aparelho de Estado sempre esteve a serviço dos monopólios nos países capitalistas antes de que a etapa de monopolismo simples fosse substituída pelo monopolismo de Estado.

Mas estas confusões elementares não são fortuitas. Expressam, à sua maneira, uma das causas do fato de que muitas vezes a luta ideológica, em vez de avançar, gagueja, se repete, se esteriliza. Nada mais importante hoje para os marxistas do Brasil, que definir com rigor as bases políticas de sua reunificação. Nada mais urgente que aprofundar os problemas teóricos que ainda bloqueiam esta reunificação. Nada mais indispensável que dissipar, através de consequente luta de idéias o obscurantismo ideológico que levou a uma prática golpista, oportunista (às vezes "de esquerda", às vezes claramente de direita) o nosso movimento comunista e revolucionário. Nada mais essencial que apropriarmos-nos do marxismo, a grande teoria revolucionária de nossa época, como um instrumento a serviço do conhecimento e da transformação de nossa sociedade, e não como um Corão ou Bíblia modernos do qual se extraem trechos ou fórmulas para "fulminar" (em pensamento) correntes adversárias ou apresentadas como tais. A operação ideológica da TL/ALN, inventando por divina inspiração uma teoria do CME dependente no Brasil e erigindo-a em um dos critérios fundamentais da reunificação dos marxistas-leninistas brasileiros, só pode ser classificada de infantilismo sectário e de obscurantismo ideológico. Afirmar sem nenhum argumento, sem nenhuma análise, sem nenhum conhecimento da teoria do CME (salvo a admitir algum conhecimento infuso e intransitivo : a ler Unidade e luta e os documentos da TL/ALN sua "discussão" sobre o CME se resume às raras citações do contestável Tchepakrov e do Manual já aludidas acima) que "um trabalho militante e revolucionário pela reunificação dos comunistas brasileiros deve ter como base" a caracterização da "sociedade brasileira como emergente de um capitalismo monopolista de Estado"(ib.,p.11) é rebaixar os comunistas brasileiros e sua almejada reunificação ao dogmatismo estreito de grupúsculos sem horizonte. Ainda uma vez, e há dois anos depois de nossa polémica com a TL/ALN, constatamos que as esperanças que depositamos na "Autocrítica necessária" não se concretizaram. Resta-nos esperar que possamos novamente ter esperanças nestes companheiros...

Do mesmo modo que o modo de produção capitalista supõe, para existir, que certas e determinadas condições históricas se realizem (separação entre o produtor direto e os meios de reproduzir sua vida material, acumulação de capital-dinheiro, um certo grau de desenvolvimento das forças produtivas sociais, a dominação da cidade sobre o campo, etc.), assim como os monopólios supõem um determinado grau de concentração do processo produtivo, de elevação da composição orgânica do capital social médio, de centralização do capital, também a passagem ao CME supõe ao menos que haja super-acumulação e desvalorização crônica do capital através do financiamento público da produção. Donde a primeira questão que qualquer marxista sério deve colocar antes de afirmar que há CME no Brasil: há super-acumulação no Brasil? há desvalorização do capital através do financiamento público da produção? Questões cuja resposta é tanto mais difícil que se trata de uma teoria, isto é, da articulação e desenvolvimento lógicos de categorias solidárias entre si, exprimindo as múltiplas determinações cuja unidade é o concreto, o processo real. Por exemplo, de nada serve constatar que há financiamento público da produção do Brasil (isenções e estímulos fiscais, subsídios diretos e indiretos, empréstimos a taxas de juro inferiores à taxa de juro do mercado de capitais, financiamentos diretos, etc.) quando não se sabe se a função essencial deste financiamento público é de desvalorizar o capital ou suprir à insuficiência de capital. O que vale dizer que sem sabermos se há ou não super-acumulação, ignoramos igualmente o significado do financiamento público.

Tentativa mais séria de mostrar a existência do CME na América Latina foi feita pelo economista chileno Sergio Ramos no livro Chile, una economía de transición?. O autor não hesita em declarar que "en Chile se ha alcanzado la etapa del capitalismo monopolista de Estado" (p.74). Mas o exame minucioso dos argumentos que traz para tentar comprovar esta afirmação (pp.74-89) só mostram as confusões do autor. Constatando que "paralelamente al aumento del grado de monopolización de una economía capitalista, el aparato del Estado va adquiriendo una influencia cada vez mayor en su funcionamiento..." (p.74) S. Ramos conclui que "en un determinado momento del desarrollo del sistema en su conjunto, estas acciones estatales se transforman en una condición necesaria para sostener el proceso de la reproducción ampliada de la economía (grifos do autor); en ese mismo momento el sistema salta de su fase de capitalismo monopolista a su fase de capitalismo monopolista de Estado" (p.74). Infelizmente, não é através da leitura de S. Ramos se "el sistema salta" mesmo, tanto mais que o próprio Sergio Ramos reconhece que "en el caso de una economía como la chilena, el aparato del estado ha jugado desde antiguo un papel de enorme importancia que, aunque se ha venido acentuando de diversas maneras, no es en absoluto nuevo" (p.75). Ao contrário, "...en Chile, desde el siglo pasado, el Estado juega un papel económico de gran transcendencia" (p.75). Pensa mesmo Ramos que falando em "gran transcendencia" explica alguma coisa? Já no Egito dos faraós o Estado "jugaba" um papel de imensa transcendência, como "joga" hoje no Egito mais prosaico do senhor Sadate, sem que por isso pareça razoável falar em CME em qualquer dos dois casos. E na longa digressão do autor, o que existe, no lugar de uma demonstração científica é a medíocre petição de princípio: O Estado desempenha um papel transcendente, portanto há CME.

Há no entanto uma passagem na argumentação de Sergio Ramos que merece ser examinada mais de perto. É de resto a única em que o autor procura realmente enfrentar a problemática marxista do CME, buscando ir além do método filistino que consiste em dizer que se há monopólios e se o Estado desempenha um papel econômico importante, então há capitalismo monopolista de Estado. Trata-se do momento em que Sergio Ramos discute, num item especial (pp.103-106) a questão da super-acumulação, que ele chama de "super-capitalização relativa", definida como "una situación en la cual

junto a la existencia de una enorme masa de recursos naturales y de fuerza de trabajo no utilizados, así como de necesidades insatisfechas de la gran mayoría de la población, existe simultaneamente una fracción apreciable de capital no utilizado" (p.106). É extraordinário : sempre tínhamos pensado que a dominação imperialista sobre economias como a chilena (e a brasileira) se traduzissem essencialmente pela sub-capitalização relativa (isto é, pelo que chamamos de descapitalização relativa), já que, como dizia Allende -e quantos outros não o disseram?- para cada dólar que os imperialistas trazem para a América Latina, levam quatro. Ficamos agora sabendo, graças a Sérgio Ramos, que há excesso (relativo) de capitais nos países dominados! Ou será que o Sergio está confundindo elefante com formiga? Achamos que sim. Porque o que ocorre no caso é uma confusão grave entre as características gerais do modo de produção capitalista e as determinações específicas de uma de suas etapas de desenvolvimento. Dizer que existe "super-capitalização relativa" porque há "enorme massa" de riquezas naturais e de força de trabalho não-utilizadas, ou porque permaneceram insatisfeitas as necessidades da grande maioria da população, é o mesmo que descobrir que o capitalismo busca o lucro e não a satisfação das necessidades da população, e que só investe capitais na medida em que pode valorizá-los a uma taxa de lucro média historicamente determinada e não pelo prazer altruista de "criar empregos" ou domar a natureza. É verdade que Sergio explica que há "super-capitalização relativa" quando, junto aos fenômenos acima apontados, existe "una fracción apreciable de capital no utilizado". Enquanto definição puramente nominal, é aceitável. Mas será mesmo que toda e qualquer fração não-utilizada de capital (social) configura uma super-capitalização? Contrariamente a Sergio Ramos, achamos que não. Em qualquer crise surge, na fase de depressão que a ela se segue uma massa enorme de capital não utilizado. E nem por isso se pode falar em super-capitalização. Ela só existe quando a fração do capital social não-utilizada não o foi justamente por não encontrar possibilidade de valorização e isto devido não a causas conjunturais e passageiras, mas devido à elevação da composição orgânica do capital social médio. O que vale dizer que a super-acumulação está dialeticamente ligada ao desenvolvimento das forças produtivas sociais. Ocorre porém que quando Sergio Ramos fala em "não-utilização" de parcela importante do capital social, ele se refere ao fato de que "más del 20% de la capacidad instalada en el sector industrial no se utiliza en circunstancias que más del 30% de la población del país no tiene acceso al mercado de los productos industriales" (p.106). O Sergio se espanta de que o capitalismo não "crie empregos" com o intuito de permitir às grandes massas o acesso aos produtos industriais! O fato de que "más de 30%" dos chilenos não tenham acesso a esses produtos mostra apenas que a expansão capitalista no Chile foi insuficiente para ocupar a população operária disponível. O fato de que haja uma capacidade ociosa de 20% na indústria revela a estreiteza do mercado interno e o desperdício de força produtiva. Mas a prova eloquente de que esta pretensa super-capitalização não tinha o caráter de super-acumulação crônica, isto é, de que não havia excesso crônico de capitais no Chile está em que bastou elevar o poder aquisitivo das massas populares para que a capacidade de produção industrial passasse a ser empregada a 100%. Na realidade, o Sergio não conhece a teoria marxista da super-acumulação, ou dela se esqueceu, porque Marx distingue cuidadosamente a super-produção de capital (a "super-capitalização" ou super-acumulação) da super-produção de mercadorias (Marx, Capital, livro III, t.1, p. 264). O que havia no Chile de Frei -e voltou a haver no Chile dos gorilas assassinos- era simplesmente super-produção de mercadorias em relação à demanda solvável. Temos razão pois de dizer que o Sergio confundiu elefante com formiga...

Devemos então rejeitar a problemática do CME como não tendo -ao menos por enquanto- atualidade para nosso país e para países apresentando sistema econômico semelhante ao do Brasil? Estamos convencidos que não. O fato de que tentativas apressadas tenham rebaixado a teoria do CME não desacredita esta teoria. Mostra no entanto que temos de recoloca-la, o que implica todo um processo de trabalho teórico, do qual estamos dando tão somente passos preliminares. Consideramos neste sentido que, uma vez examinada a teoria do CME em sua articulação com O Capital e enquanto desenvolvimento da teoria marxista e leninista do capitalismo monopolista e do imperialismo, cabe retomar a questão do ponto de vista concreto, isto é, determinar de que maneira e até que ponto os fenômenos característicos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e em especial (1) a acumulação monopolista acelerada e (2) o grande peso específico do setor estatal, por si só já reuniram, ou estão em vias de reunir, as condições suficientes para que haja CME no Brasil. É importante, neste sentido, evitar tanto o simplismo daqueles que pensam que o CME é a soma aritmética do Estado + monopólios, quanto o "bizantinismo" que consistiria em multiplicar ao infinito as particularidades da situação brasileira esquecendo de que no fundo importa menos saber se o Brasil já chegou ao CME do que saber se a lógica objetiva da política econômica da ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios leva ao CME. Enunciando algumas hipóteses de trabalho e apontando as principais dificuldades com que nos deparamos ao tentar aplicá-las e desenvolvê-las através da análise concreta da economia nacional e de sua dinâmica, consideramos cumpridos os objetivos deste artigo introdutório à questão do CME no Brasil.

(1) Um dos traços característicos do imperialismo na concepção leninista, que é a nossa, é a importância predominante das exportações de capital sobre as exportações de mercadoria. Antes de Lênin, Marx já havia mencionado, ao tratar da baixa tendencial da taxa de lucro, os efeitos dos "capitais investidos no comércio exterior", "nas colônias" contrabalançando a baixa tendencial. Coube a Lênin o mérito de relacionar explicitamente os investimentos no exterior à super-acumulação nos países imperialistas. Não resta dúvida alguma que o Brasil é um país para o qual se exporta capital e não um país que exporta capital. (Salvo se os inventores da doutrina do "sub-imperialismo" descobrirem de repente que o Brasil é um país sub-imperialista sub-exportador de sub-capitais.) É bem verdade que após a II Guerra Mundial a maior parte dos capitais exportados pelos países capitalistas dominantes são enviados a outros países capitalistas dominantes (exemplo principal : capitais norte-americanos no Mercado Comum Europeu) o que mostra que em nossa época a exportação de capitais é um fenômeno mais complexo do que o era quando da análise de Lênin (naquela época a maior parte dos capitais exportados pelos países imperialistas se dirigiam às colônias, semi-colônias e países financeira e diplomaticamente dependentes do imperialismo). O que nos leva a duas conclusões -que constituem outras tantas hipóteses de trabalho- : (a) os países onde há super-acumulação crônica, são países onde há também exportação de capitais; a exportação de capitais é uma das manifestações concertas da super-acumulação. Ora, o Brasil não é um país exportador de capitais. (b) no entanto, o fato de que o Brasil seja um país para onde se exportam capitais não prova por si só que não haja super-acumulação crônica em nosso país. Isto porque todos os países capitalistas, sem exceção, recebem capitais exportados.

(2) A segunda ordem de considerações refere-se diretamente ao problema da super-acumulação. Há super-acumulação no Brasil? Cabe neste sentido estudar criticamente a literatura não-marxista sobre o capital financeiro no Brasil, por exemplo os trabalhos da economista M.C. Tavares.

Fernando de Andrade

A REVOLUÇÃO NACIONAL-DEMOCRÁTICA SEGUNDO O V E VI
CONGRESSO DO P.C.B.

Alice Paiva
Pedro Alves

O movimento revolucionário brasileiro caracteriza-se hoje pela dispersão e fragmentação de suas forças. Esta situação não tem somente por causa a existência em nosso país de uma ditadura militar, que, pela prática sistemática do terror, impõe sérios obstáculos à organização do movimento democrático e socialista. Os erros da esquerda em geral são também de um peso fundamental. Muitos deles podem ser atribuídos à fraqueza teórica do conjunto de nossa esquerda, na exata medida em que o desconhecimento da realidade sobre a qual se pretende agir leva obrigatoriamente à formulação de programas e táticas inadequados. Mais do que nunca, portanto, faz-se necessário o aprofundamento das idéias no terreno da teoria revolucionária. A luta ideológica visando a unidade da esquerda e a reorganização dos marxistas-leninistas é um instrumento fundamental neste processo.

Quando falamos na reorganização dos marxistas-leninistas não estamos escamoteando a existência do P.C.B. Com efeito, se por um lado consideramos o P.C.B. a organização a mais representativa das tradições de luta da classe operária, única organização no Brasil que mantém em escala nacional uma certa implantação de massas, por outro lado, tal partido não é, após meia década de existência, o partido marxista da classe operária brasileira. Se o caráter autocrático da transformação burguesa de nossa sociedade, e a conseqüente fraqueza do movimento democrático, explica em última análise a inexistência de um sólido partido marxista da classe operária, estes fatores não esgotam o estudo da questão. O exame do programa e da atividade do P.C.B. no curso de nossa história e a análise de seus erros e acertos, constituem elementos essenciais quando se trata, não somente de saber porque nossa classe operária hoje não se organiza e luta massivamente sob a direção de um partido comunista, mas sobre tudo de contribuir para que ela assuma efetivamente a vanguarda da luta pela democracia e pelo socialismo.

Restringir-nos-emos neste artigo ao exame das resoluções do V e VI Congresso, respectivamente realizados em 1960 e em 1967. Não faremos um exame pormenorizado da atividade do P.C.B. e da evolução das lutas de classe no Brasil neste período. Tentaremos ver quais eram os fundamentos desta ação, isto é, qual era a análise que o P.C.B. fazia de nossa sociedade e quais as perspectivas históricas que se abriam a partir daí, segundo ele, ao proletariado em termos de objetivos estratégicos e alianças de classe. Uma vez que examinaremos aqui os fundamentos da ação do P.C.B., em última análise, a aplicação que faziam do marxismo às condições de nossa sociedade vamos-nos deter, num primeiro momento, à exposição de alguns conceitos elementares do marxismo sobre o caráter da sociedade e da revolução.

Modo de produção e formação social

A determinação do caráter de uma sociedade supõe a distinção de dois conceitos fundamentais na teoria marxista, o de modo de produção e o de formação social. Segundo Maurice Dobb, "por modo de produção Marx entendia não somente um certo estado da técnica - que ele designou sob o termo de estado das forças produtivas - mas ainda a maneira pela qual os meios de produção eram apropriados e as relações sociais que se estabeleciam entre os homens, a partir de sua relação com o processo de produção. (Études sur le développement du capitalisme, Maspéro, pg. 18). Por formação social, à luz de um debate publicado na revista marxista de filosofia, LA

PENSEE 159, Outubro 1971, entendemos a unidade-totalidade das diversas esferas (econômica, jurídico-política, ideológica) da vida social.

O modo de produção, em suma, é a unidade dialética existente entre as forças produtivas e as relações de produção. Seu estudo é a análise da base ou da estrutura econômica da sociedade, visando o conhecimento das leis que dirigem sua reprodução. O estudo de uma formação social não pode restringir-se, no entanto, ao da racionalidade que rege seu modo de produção dominante. Ao contrário, ele exige a análise da unidade de todas as esferas de que se compõe uma sociedade. O que é inegável, é que o conceito de formação social não pode ser pensado sem o de modo de produção, pois este, como dizia Lenin, é o "esqueleto" que explica a estrutura e o desenvolvimento da sociedade. Se o "Capital" conservou sua atualidade revolucionária é porque ele explica o fator essencial da vida social dos homens, as condições de reprodução de sua vida material. Seu uso revolucionário e criador é o que indica de forma determinada como "o modo de produção da vida material condiciona o processo de reprodução da vida social, política e intelectual em geral" (Marx K. Contribuição à Crítica da Economia Política-Ed. Sociales, pg.4).

Assim como o marxismo não reduz o estudo da sociedade à sua base econômica-como faz o economicismo-, não restringe o estudo da base econômica ao de modo de produção dominante-como faz de forma geral o esquerdismo. Considerando a sociedade como o produto histórico de processos desiguais, examina a diversidade dos modos de produção que a constituem, isto é, as formas diferenciadas através das quais passa a reprodução da vida material. Estas formas diferenciadas aparecem na realidade como unidade sintética, como uma formação social dada. É por isso que a análise científica deve: -apontar o número e a natureza das diversas formas de produção que se acham combinadas de maneira particular em cada sociedade. -definir a forma e o conteúdo exatos desta combinação. O marxismo como disciplina científica não se contenta com a constatação da diversidade. Estabelece de forma rigorosa e determinada a relação de articulação e dominação existente entre os diversos modos de produção e a forma como o modo de produção dominante submete o conjunto da vida material à sua lógica de reprodução.

É o conjunto da base econômica de uma formação social que determina a superestrutura. Seu estudo permite particularmente a definição da base de classe do Estado, do conteúdo e da forma de sua dominação sobre a sociedade. Assim a importância prática do emprego dos conceitos marxistas vem do fato de que só eles permitem a análise de uma realidade concreta -análise da qual depende a elaboração de um programa e de uma tática consequentes para a revolução-ou seja, só eles permitem a elaboração de uma teoria da transição. Para o marxismo, a transição nas sociedades é, de um ponto de vista histórico geral, o conflito, a relação e a consequente sucessão dos modos de produção. O caráter científico do marxismo, e é o que o distingue do socialismo utópico e do materialismo vulgar, está na fundamentação histórica que ele é capaz de dar à teoria da transição. Isto é, em sua capacidade de fixar os objetivos das mudanças sociais, não a partir de noções subjetivas-a felicidade, a justiça, etc...-mas do estado determinado da sociedade.

A revolução nacional-democrática

Assim como a determinação mais geral do estágio histórico de desenvolvimento de uma sociedade é a do modo de produção dominante, o conceito de caráter da revolução exprime a determinação mais geral dos objetivos históricos que deve visar a solução da crise de uma sociedade. O caráter da revolução se determina pelo caráter da sociedade. Ele define a natureza da transição.

Segundo a III Internacional, no que concerne o caráter da revolução, os movimentos revolucionários podiam ser ou de cunho socialista

(nos países imperialistas), ou de cunho "nacional-revolucionário" (1) (nas colônias e antigas colônias). Convém notar que esta divisão não nos dá, evidentemente, o conteúdo das tarefas revolucionárias em cada país, a composição das classes interessadas na revolução, etc. Ela é, nessa medida, relativamente abstrata, pois exprime tão somente dois traços fundamentais do imperialismo, concebido enquanto sistema mundial, enquanto estágio supremo do capitalismo: 1) "Nos países avançados, o capital extrapolou o quadro dos Estados nacionais e substituiu o monopólio à concorrência, criando todas as premissas objetivas para a realização do socialismo." (Lenin, Obras, tomo 22 - página 155). 2) "O traço característico do imperialismo é a divisão do mundo inteiro em um grande número de povos oprimidos e um ínfimo número de povos opressores, que dispõem de riquezas colossais e de uma potente força militar" (Lenin, Obras, tomo 21 - página 247).

A subsistência da via histórica, representada pela revolução nacional democrática justamente nos países que foram objeto de espoliação durante o período da acumulação primitiva capitalista, encontra sua raiz fundamentalmente na divisão do mundo entre povos oprimidos e povos opressores e na configuração relativamente comum que, em função disso, assumiram as colônias e antigas colônias. Nestas, a esmagadora maioria das tarefas burguesas revolucionárias não haviam ainda sido cumpridas. A população era fundamentalmente agrária. Na China, por exemplo, a base de classe do imperialismo era formada pelos grandes proprietários fundiários e pela chamada burguesia compradora, que eram um verdadeiro apêndice do imperialismo. Elas representavam as relações de produção as mais atrasadas e obstaculizavam o desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Quanto às relações capitalistas de produção, elas eram em geral encarnadas por médios empresários nacionais, a chamada burguesia nacional. O desenvolvimento do capitalismo fazia-se, nessa época, com efeito, contra o imperialismo que se apoiava geralmente nas relações pré-capitalistas de produção. As tarefas fundamentais da revolução consistiam na expulsão do imperialismo e na liquidação do monopólio da terra.

A revolução nacional-democrática, mesmo visando para o Partido Comunista o pleno exercício da democracia, a reforma agrária radical e a libertação nacional, abria a via ao desenvolvimento do capitalismo. A hegemonia proletária sobre a revolução nacional-democrática não pode obscurecer seu caráter burguês: ela consolida a última forma da dominação burguesa e cria ao mesmo tempo as condições mais apropriadas de luta para a sua superação. Esta contradição da revolução nacional democrática é uma das expressões mais claras do princípio leninista de unidade e luta. Ela exprime um grau elevado de maturidade do proletariado para a luta democrática, aliado à ausência das condições objetivas que permitam sua total dominação sobre a organização da vida social.

A revolução nacional-democrática tem por base uma sociedade onde as relações pré-capitalistas de produção são dominantes e bloqueiam a emergência do desenvolvimento capitalista, onde os interesses agrários submetem os interesses industriais, onde a intervenção do Estado na vida econômica corresponde à racionalidade da renda da terra e não à do lucro capitalista. É por isso que ela se traduz em termos programáticos por uma etapa democrático-burguesa: "não há a mínima dúvida de que todo movimento nacional só pode ser democrático-burgues, pois a grande massa da população dos países atrasados é composta de camponeses que representam as relações burguesas e capitalistas" (Lenin, Obras, tomo 21 - pg. 248)

(1) a expressão "nacional-revolucionária" é empregada para designar os movimentos de libertação nacional baseados fundamentalmente na população agrária. No entanto o movimento comunista consagrou, no mesmo sentido, a expressão "nacional-democrática".

O caráter da revolução determina em última análise a composição da frente única. O fator democracia na revolução nacional-democrática, implica na reforma agrária segundo a consigna "a terra a quem a trabalha" e o pleno exercício da democracia consolidada sobre a aliança operário-camponesa. O caráter nacional da revolução democrática, supõe a participação do conjunto da nação contra o imperialismo e a minoria anti-nacional que o representa. Isto se traduz no nível da frente única na participação da burguesia nacional como um todo. O que é importante assinalar, é que tal participação só é possível quando a opressão nacional se apoia nas formas pré-capitalistas de produção e impede o desenvolvimento da burguesia, quando, internamente, o imperialismo baseia-se em simples agentes.

Examinemos agora a questão do caráter da revolução, segundo as resoluções do V e do VI Congresso do P.C.B.

O programa nacional-democrático no V Congresso

É nítida a semelhança do programa contido na Resolução do V Congresso com o da III Internacional para as colônias e antigas colônias. Trata-se de expulsar o imperialismo apoiado na "reação interna" (noção que na maior parte dos casos ocupa o lugar que caberia à definição da base de classe da dominação imperialista), de realizar a reforma agrária, de desenvolver de forma "...independente e progressista a economia nacional mediante a industrialização do país e a superação do atraso de nossa agricultura..." (parágrafo 7), elevar o nível de vida das massas, de conquistar e desenvolver a democracia. O fundamento deste programa é a definição do Estado brasileiro como sendo de compromisso entre "...os interesses dos latifundiários, dos capitalistas associados ao capital monopolista estrangeiro e da burguesia ligada aos interesses nacionais" (§4). Por outro lado, ainda segundo a resolução, a dominação imperialista sobre a nossa economia bloqueia o desenvolvimento capitalista nacional, - que se manifesta particularmente na industrialização, impulsiona as forças produtivas e constitui elemento objetivamente progressista." (§2). Em função disto "...a burguesia brasileira, na sua grande maioria, em virtude de seus próprios interesses de classe, é levada a chocar-se com o capital monopolista estrangeiro, que representa obstáculo à expansão de seus negócios" (§3).

Nossa tese é a de que a partir do momento em que a dominação imperialista sobre a sociedade passa a se exprimir principalmente através do desenvolvimento capitalista, a luta antimperialista deixa de ser uma luta nacional, na medida em que, longe de opor-se ao crescimento das forças produtivas nacionais, o imperialismo alia-se aos seus setores mais "dinâmicos" (aqueles cuja acumulação se faz num ritmo mais acelerado) e os impulsiona. Foi a passagem do desenvolvimento capitalista nacional ao desenvolvimento associado com o imperialismo, que o PCB não percebeu; não viu que o imperialismo não se opunha à burguesia brasileira no mesmo sentido em que o imperialismo japonês à burguesia chinesa; não tirou por isso as consequências do fato que o caráter anti-nacional da opressão imperialista tendia a reduzir-se diante de seu aspecto de dominação de classe: a dominação imperialista confundia-se cada vez mais com a opressão dos monopólios sobre a sociedade.

É na medida em que concebia o imperialismo como uma força contrária ao desenvolvimento capitalista da Nação brasileira, que o PCB dava à luta nacional um peso determinante no terreno das lutas democráticas em geral. É nessa falsa apreciação de nosso desenvolvimento capitalista e na subestimação da tendência associacionista de nossa grande burguesia que está uma das principais raízes dos equívocos do PCB.

A definição do Estado como um Estado de compromisso era no fundamental correta. De fato, a plena hegemonia da burguesia monopolista sobre o Estado, só vem a se realizar como consequência do golpe de 1964. Porém, os interesses ligados à acumulação capitalista, vinham crescente

mento sobrepondo-se aos do setor agrário-exportador, sobretudo desde 1930 quando se começa um processo, no fim do qual serão instauradas as condições que incentivarão decisivamente as relações capitalistas de produção. Esse processo caracteriza-se pela intervenção estatal, no sentido de fazer da empresa industrial o eixo dinâmico de reprodução do sistema econômico. Tal objetivo se realiza pela transferência do sobrelucro obtido pela economia agro-exportadora para a classe capitalista, pelo rebaixamento do custo cambial dos equipamentos importados, pelo investimento estatal no setor I da economia, etc.

No período que vai de 1930 a 1964, e que se caracteriza pela formação das bases sobre as quais se assentarão o desenvolvimento capitalista da economia, podemos distinguir duas fases. Uma que vai de 1930 a meados da década de 50, quando a economia industrial é predominantemente desenvolvida sob a forma de capitalismo nacional, onde os investimentos estrangeiros são feitos sobre tudo indiretamente. Outra, que vai de então a 64, onde os investimentos estrangeiros tendem a se apossar dos setores mais dinâmicos da economia (apesar de os investimentos indiretos continuarem a constituir o grosso da participação do capital estrangeiro, como mostra Paul Singer em "O 'Milagre Brasileiro': Causas e Consequências"-CEBRAP, caderno 6). Com efeito, o plano de Metas impulsionou decisivamente a industrialização. A forma fundamental deste esforço industrializante, foi o recurso ao capital estrangeiro. O plano de Metas incentivou a implantação no Brasil da indústria automobilística, da construção naval, da mecânica pesada, do cimento, do papel, além da triplicação da capacidade da siderurgia. Estes ramos são fundamentais no que tange a transformação monopolista da economia e foram desdobrar-se nos setores que tornaram-se os mais dinâmicos da reprodução ampliada capitalista após 64.

Uma análise detalhada deste período foge aos objetivos deste artigo. Podemos afirmar, no entanto, que o governo Kubitschek cria as condições para a consolidação de um tipo de desenvolvimento econômico, onde os monopolios, principalmente os estrangeiros, seriam a força determinante da reprodução ampliada capitalista e onde a burguesia monopolista tornar-se-ia a classe dominante. Como dissemos em nosso Projeto de Plataforma, os interesses da burguesia monopolista só se afirmaram inequivocamente como dominantes a partir do golpe de 64. E é a crescente hegemonia burguesa sobre o Estado, que correspondia economicamente à dominação dos monopolios sobre a sociedade, e socialmente a afirmação da burguesia monopolista como classe dominante, que é apagada na resolução do V Congresso.

O P.C.B. não percebeu a passagem do caráter principalmente nacional ao caráter principalmente associado do capitalismo, antes de tudo por não ter determinado a base de classe do imperialismo, isto é, sua base social a partir de sua base econômica. As únicas nacionalizações que propõe o P.C.B. são as do setor de produção e distribuição de eletricidade, distribuição de petróleo e frigoríficos estrangeiros. Não se trata aqui de saber se era muito ou pouco. O importante é que esse programa visava o desenvolvimento do capitalismo nacional e não se inseria dentro de uma lógica anti-monopolista num momento em que o capitalismo no Brasil já era o modo de produção dominante e tendia a afirmar-se sob sua forma monopolista (ver o § 14).

O P.C.B. não determinou a base social do imperialismo por encarar a industrialização de forma indiferenciada como um fator não somente progressista, mas nacional. Se o P.C.B. dava ao programa democrático do proletariado um caráter nacional (isto é, burgues, onde não se toca nos fundamentos do desenvolvimento capitalista) é porque via nas relações capitalistas de produção enquanto tal, um fator antes de tudo nacional. Ora, o capitalismo sendo concebido como um fator predominantemente nacional, a democracia pode se fundamentar sobre a luta contra o inimigo estrangeiro. Definindo o imperialismo como o inimigo principal da Nação brasileira (§ 9),

é a luta nacional que será o elemento aglutinador e impulsionador da luta democrática; é na expulsão do inimigo que se consolidará a unidade do povo.

Não cabe a nós dizermos aqui o que deveria ter sido o programa do proletariado em 1960. O que queremos simplesmente sublinhar é que, na medida em que ignorou a dinâmica de nosso desenvolvimento capitalista, o P.C.B. não percebeu que o fenômeno principal que caracterizava nossa vida econômica, era a crescente submissão da sociedade à dominação imperialista. É a partir da visão estreita do imperialismo e da ignorância de sua forma de dominação sobre a sociedade que se propunha a união de todos brasileiros contra o inimigo externo. Esta concepção fica clara na passagem seguinte: "É a compreensão de que só passando a segundo plano, sem negá-la ou obscurecê-la, a contradição entre a classe que fornece o trabalho... e a classe que necessita realizar-se pela capitalização com os recursos nacionais..., poderemos subsistir como nação que apresenta o Nacionalismo como solução natural." (introdução à Revolução Brasileira, ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963, pg. 181- N. Werneck Sodré).

O programa nacional-democrático no VI Congresso

Vejam agora, como na resolução do VI Congresso o P.C.B. caracteriza a sociedade brasileira. "O Brasil passou, nos anos de após guerra, por grandes transformações. Nessa fase, deixa de ser um país especializado na produção de limitados artigos primários de exportação para transformar-se numa nação de economia agrário-industrial." (§2, grifos nossos) Ora, dizer que uma economia é agrário-industrial, não nos diz senão que ela possui um setor agrário e um setor industrial. Mas nesse sentido, nossa economia é "agrário-industrial" desde muito antes da segunda guerra mundial, quando esses dois setores já se faziam presentes. Na medida em que, ela foge à questão de saber quais os modos de produção que coexistem no interior de cada um desses dois setores, quais as leis econômicas que regem sua reprodução e qual o modo de produção ao qual o conjunto da economia está subordinado, fica evidente a indeterminação dessa noção. Assim fica-se sem saber qual é a classe dominante no país e no Estado. Resumir, portanto, as grandes transformações por que passou o Brasil, a noções desse tipo, em nada nos ajuda na análise marxista de nossa sociedade, sem a qual é impossível a elaboração de um programa e de uma tática consequentes.

Seguindo a linha de raciocínio da análise que faz o P.C.B. sobre a situação econômica e social do Brasil, tentemos ver o que o leva a esta conclusão nada esclarecedora, de que nossa economia é agrário-industrial.

É dito na resolução que "...a industrialização foi o elemento dinâmico e essencial do desenvolvimento capitalista"; mostra-se o grande crescimento da indústria desde 1948 e o ritmo acelerado de crescimento da indústria de bens de produção em relação à indústria de bens de consumo; afirma-se que "A economia brasileira passou a ter seu centro dinâmico no próprio mercado interno, deixando de ser um mero apêndice do mercado imperialista". Põe-se em evidência o relevante papel do Estado no desenvolvimento econômico e, ainda, maior desenvolvimento da indústria em relação à agricultura. Ve-se corretamente que no "desenvolvimento econômico havido, revelou-se a tendência à concentração e centralização do capital e da produção a taxas excepcionais, elevando-se a taxa de exploração dos trabalhadores". Fator de importância neste documento é que já não se afirma como no V Congresso - que o imperialismo é um entrave ao desenvolvimento capitalista: "...o desenvolvimento foi também apoiado em grandes investimentos do capital estrangeiro, levando a um aumento absoluto dos investimentos imperialistas, localizados de preferência, em alguns pontos-chaves e nos ramos mais rentáveis da economia."

Se do ponto de vista empírico e descritivo os fatos mais importantes e expressivos da evolução de nossa economia nos anos de após guerra são postos em evidência pela resolução, a análise desses fatos se limita a indicação de alguns dos efeitos desse desenvolvimento, tais como o aumento da taxa de exploração, os desequilíbrios regionais, as deformações causadas pela dominação imperialista e latifundiária, o crescimento das cidades, a melhor definição das classes e camadas sociais e sua maior participação na luta política. Ora, o que interessa na análise marxista de formação social, é poder vincular a análise dos dados concretos sobre a transformação econômica e a transformação social, os interesses de classe que sustentam essas transformações, ou seja, qual é a lógica que rege essas transformações. O fato de a resolução não tirar nenhuma conclusão esclarecedora sobre a dinâmica de nosso desenvolvimento econômico, limitando-se à constatação dos efeitos desse desenvolvimento, deve-se a seu método puramente descritivo, baseado numa apreensão mecânica do marxismo. Se a evidência dos fatos não permite mais que se caracterize, em 67, nossa economia como feudal, o imperialismo como radicalmente oposto ao desenvolvimento do capitalismo, por outro lado, a necessidade de se manter um programa nacional e democrático-onde o peso maior é dado ao fator nacional e este é caracterizado por uma oposição da Nação como um todo contra o imperialismo e onde o fator democrático é muito mais ligado à inexistência de condições objetivas (falta de reforma agrária), que à inexistência de condições subjetivas para o socialismo (organização independente para o proletariado)-impõe limitações à análise marxista dos dados apresentados. É por isso que a caracterização de nossa sociedade que faz o P.C.B. não vai além da indeterminação contida na noção de economia "agrário-industrial".

Vejamos agora as consequências políticas e programáticas dessa caracterização- 1) A definição eclética do caráter da sociedade impedirá a definição do caráter da revolução a partir do estágio histórico atingido pelo desenvolvimento econômico de nossa sociedade. "A contradição fundamental entre as necessidades de desenvolvimento e o sistema de dominação imperialista e exploração latifundiária deve ser resolvida para possibilitar o avanço progressista da sociedade brasileira. O maior impedimento à solução desta contradição é a aliança política entre o imperialismo e a reação interna. A revolução brasileira, em sua presente etapa, deverá liquidar os dois obstáculos que se opõem ao progresso da nação: o domínio imperialista e o monopólio da terra. Ela é, assim, nacional e democrática. Devido à preponderância do fator nacional, a direção do golpe principal está voltada contra o imperialismo, principalmente o norte-americano, e seus agentes internos." (§4). O fator nacional assim como define a Resolução só poderia ser preponderante se a nação brasileira como um todo se opusesse à dominação de uma força estrangeira. É impossível a afirmação de tal tese, num país que já atingiu a última etapa de sua transformação burguesa-sua transformação monopolista- onde a burguesia monopolista pode ser definida como a classe dominante do país e do Estado e onde a forma de dominação imperialista é principalmente a participação nesta transformação monopolista, tendo como base social interna, a burguesia monopolista. Apesar de afirmar no §2 que "o desenvolvimento foi também apoiado em grandes inversões do capital estrangeiro..." a Resolução, no capítulo dedicado aos objetivos estratégicos (§4), continua separando mecanicamente o imperialismo do desenvolvimento da economia nacional. O que o P.C.B. não soube compreender é que se durante um longo período a "rapina colonial", se opunha ao desenvolvimento do capitalismo nacional (e aí sim a revolução é nacional), a partir do momento em que o capitalismo nacional está relativamente implantado, a via histórica de sua consolidação, foi no Brasil, sua transformação em capitalismo monopolista apoiado nas inversões estrangeiras. É isto que dá ao programa anti-imperialista e democrático do proletariado, um caráter anti-monopolista, onde não o conteúdo nacional que é preponderante, mas sim o conteúdo anti-monopolista, na medida em que se trata de

retirar a economia da lógica da acumulação monopolista, abrindo concretamente a via ao socialismo. Como dissemos em nosso Projeto de Plataforma: "o caráter objetivamente socialista da revolução está materializado no caráter monopolista de nossa economia" (pág. 18). O que não significa que se possa inferir daí um programa socialista. Ao contrário, "o caráter democrático de nosso programa marxista exprime no entanto a persistência, ao longo do desenvolvimento do capitalismo em nosso país, e notadamente no regime de autocracia militar a serviço dos monopólios, de algumas das tarefas essenciais da revolução democrática: a reforma agrária radical, conformemente à consigna "a terra a quem a trabalha", a inteira liberdade de organização do proletariado enquanto classe, e, em geral a aplicação em todos os domínios da vida social do princípio de que todo poder emana do povo e de que aqueles que o exercem são seus mandatários" (pág. 18). Para nós, é o conteúdo democrático do programa e não o nacional que é o fator preponderante; ligamos, além disso, esse conteúdo democrático não somente à ausência de reforma agrária, como o PCB, mas principalmente à ausência da organização independente do proletariado enquanto classe. 2) O PCB deixa indeterminada a classe dominante da sociedade e do Estado. Na caracterização da natureza de classe do Estado brasileiro, a mudança que há entre o V e o VI Congresso, é que "a burguesia ligada aos interesses nacionais" (V Congresso §4) não mais participa de um Estado de compromisso com o latifúndio e os setores da burguesia associados ao capital estrangeiro. É verdade que o Estado deixa de ser, após o golpe de 64, um Estado de Compromisso, porém, o PCB não aponta o significado dessa transformação. E isso por não perceber, como já apontamos, que o golpe de 1964 marcou a última etapa da transformação burguesa de nossa economia, sua transformação monopolista, que é no decorrer desse processo que se afirmou totalmente a hegemonia da burguesia monopolista enquanto classe.

Estando a economia brasileira submetida à lógica da acumulação monopolista, qualquer solução de fundo para os problemas de nosso povo, implica na luta contra os monopólios. Portanto, estabelecer uma rígida distinção entre os monopólios nacionais e estrangeiros é cair num desvio de direita e incluir a burguesia monopolista nacional na frente anti-ditatorial. O PCB cai nesse desvio de direita quando fala em burguesia nacional indiferenciadamente, ou seja, quando não distingue no interior daquilo que chama de burguesia nacional, os setores monopolistas e os setores não monopolistas: "a burguesia nacional, tendo interesse objetivo na emancipação nacional, é uma força capaz de opor-se ao imperialismo e de participar da revolução em sua presente etapa" (§4). "A burguesia nacional participa da frente anti-ditatorial, embora sua oposição ao regime seja limitada." (§5). Assim, se ao falar de economia "agrário-industrial" esquivava-se a classe dominante do país e do Estado, da mesma forma, quando se fala em "burguesia nacional" e "burguesia entreguista", esquivava-se a base econômica sobre a qual se assenta cada setor da burguesia.

Luta democrática e luta nacional

Após termos visto o que no marxismo é essencial para a caracterização de uma sociedade (que é a base econômica - a unidade das diversas formas econômicas submetidas ao modo de produção dominante - que determina o conjunto da vida social, política e ideológica); que a revolução nacional democrática é uma etapa pela qual o proletariado tem que passar antes de começar a construir o socialismo nas sociedades dominadas pelas relações pré-capitalistas de produção e onde o imperialismo impede a eclosão do capitalismo e oprime a nação enquanto tal; após termos mostrado no V Congresso como o programa nacional e democrático ignorava a dinâmica do desenvolvimento de nosso capitalismo e sua tendência associacionista com o imperialismo, atribuindo às relações de produção capitalistas um caráter nacional e conseqüentemente, à luta pela defesa da economia nacional, um caráter democrático e o fator principal de união do povo contra o inimigo externo; após termos visto, no VI Congresso, que o PCB constata o desenvolvimento capitalista no Brasil e a importância do imperialismo

inclusive nos ramos fundamentais da industria, sem tirar daí, no entanto, a consequencia materialista de que o principal problema que enfrenta a sociedade brasileira é sua submissão aos interesses monopolistas e de que, portanto, o programa democrático do proletariado só pode ser anti-monopolista; após termos visto, em suma, que a análise que faz o P.C.B. de nossa realidade é muito mais uma transposição do "modelo" da III Internacional para as sociedades agrárias que a expressão determinada de suas contradições internas e sua dinâmica, vejamos agora quais são os desvios comuns ao V e VI Congresso e que caracterizam o uso que faz o P.C.B. do marxismo.

1) De forma geral, podemos dizer que o P.C.B. incorreu no desvio menchevique de direita que consiste em assimilar, em confundir, a democracia e a burguesia. Para ele a subsistencia das tarefas democráticas de nosso programa (reforma agrária radical e auto-determinação do povo), fundamenta o caráter burgues da revolução como um todo. O P.C.B. não percebe que o fenômeno fundamental da nossa sociedade foi justamente sua transformação burguesa não democrática. Para ele, a democracia era antes de tudo uma necessidade economica que permitiria através da reforma agrária, a expansão capitalista, a solidificação da burguesia nacional com o proletariado contra o imperialismo. Sem revolução democrática era inconcebível a transformação burguesa da sociedade. A visão ilusória do golpe de 1964 que previa a estagnação econômica da nação está baseado nesta concepção anti-leninista onde a democracia é uma pré-condição para o capitalismo. Para o P.C.B. ou a transformação burguesa seria revolucionária, ou não poderia acontecer. Na concepção materialista da história, a revolução democrática burguesa é a unidade de dois contrários, a democracia e a burguesia. Nem a democracia é viceralmente burguesa, nem a burguesia é viceralmente democrática. Não estabelecendo a distinção entre a democracia e a burguesia, o P.C.B. não pode conceber um programa que, ao mesmo tempo, cumpra as tarefas democráticas da revolução e abra a via ao socialismo através da liquidação do poder dos monopolios sobre a sociedade.

2) O acento principal do programa é posto na luta nacional e não na luta democrática. Por não perceber que as condições objetivas para o desenvolvimento do socialismo estão dadas e materializadas no caráter monopolista da economia, malgrado o enorme peso das tarefas democráticas, o P.C.B. não vê que a organização independente dos trabalhadores é o principal aspecto de nosso programa democrático; e que esse aspecto não depende absolutamente de uma "etapa de desenvolvimento nacional (capitalista) da economia". O fator principal de unificação de nosso povo não é a defesa da nação, mas a luta pela democracia. Esta deve articular-se com o programa que vise aniquilar a base de classe da ditadura, os grandes monopolios estrangeiros e nacionais.

A ditadura é o principal obstáculo à organização independente dos trabalhadores. A auto-determinação das massas é a principal condição para o desenvolvimento da democracia revolucionária contra os monopolios e o socialismo. A democracia não é a forma de dominação burguesa que floresce com o capitalismo nacional; ela não supõe obrigatoriamente uma república democrático-nacional, onde não se toque nos fundamentos do poder burgues. Ela é antes de tudo a aliança de todos os trabalhadores, que se consolidará na luta contra a ditadura dos monopolios.

INDICE DO PRESENTE NUMERO

APRESENTAÇÃO :	-----	p. 1
EDITORIAL :	<u>SUCCESSÃO, DEZ ANOS DE DITADURA E A LUTA</u> <u>PELA DEMOCRACIA</u> -----	p. 2
JOANA ALMEIDA :	<u>NOTAS SOBRE O SETOR ESTRANGEIRO EM</u> <u>NOSSA ECONOMIA</u> -----	p. 14
A. SILVA :	<u>SETOR AGRÁRIO- II A CRISE DA CARNE</u> ----	p. 21
MARTA ALVES :	<u>O SETOR DE ESTADO A SERVIÇO DOS MO-</u> <u>NOPÓLIOS- I PETROLEO</u> -----	p. 29
FERNANDO DE ANDRADE :	<u>A TEORIA DO CAPITALISMO MONO-</u> <u>POLISTA DE ESTADO E A ECONOMIA BRASI-</u> <u>LEIRA</u> -----	p. 32
ALICE PAIVA E		
PEDRO ALVES :	<u>A REVOLUÇÃO NACIONAL-DEMOCRATICA SEGUN-</u> <u>DO O V E O VI CONGRESSO DO PCB</u> -----	p. 41

ADENDO AO EDITORIAL SOBRE A LUTA PELA DEMOCRACIA

Definindo a composição da frente anti-ditadura e articulando-a à luta pelo desenvolvimento revolucionário da democracia, via histórica para o socialismo em nosso país, distinguimos claramente a possibilidade de que setores da grande burguesia ou militares nacionalistas de direita mudem a orientação do regime atual, da necessidade de transformações profundas na sociedade e no Estado brasileiro, que só poderão ser realizadas pela aliança histórica das classes e camadas da democracia revolucionária. Insistindo em que é em torno destas que se deve articular a frente anti-ditadura, afastamos a hipótese de que setores descontentes da burguesia monopolista possam constituir, ainda que por curto período, aliados do proletariado. Por isso mesmo não consideramos satisfatório o recente e importante documento do CC do PCB preconizando a formação de uma vasta "frente patriótica contra o fascismo". Sem entrar na análise que precede aquilo que os companheiros do PCB chamam de "pontos de referência para início de conversações concretas", perguntamos simplesmente : que significam os "objetivos avançados" que o documento define? Significam a derrubada da ditadura? O único "objetivo avançado" que pode deixar pensar que sim é o referente a "eleições diretas para todos os cargos eletivos". Ainda assim, podemos procurar em vão outra reivindicação que garanta liberdade sem restrições de propaganda política durante a preparação destas eventuais eleições. Ora, sem esta liberdade, a oposição popular poderia inclusive sofrer uma derrota eleitoral (vide Grécia 1973). Portanto os objetivos avançados não exprimem com clareza a necessidade de derrubar a ditadura.

Mesmo a supor que a "frente anti-fascista" consiga eleições diretas, e que um governo civil se constitua, ficamos sem saber que medidas seriam exigidas de tal governo. As liberdades públicas, o direito de associação, as liberdades sindicais, a revogação do Ato-5 e do decreto 477, a autonomia do Legislativo e do Judiciário, a anistia... Mas e a lei de imprensa? E a lei de segurança nacional? E os demais atos institucionais? Para o movimento operário só exigiríamos as liberdades sindicais? E o direito de greve? Podemos falar apenas em combater o arrocho? Não exigiríamos de uma "frente anti-fascista" o compromisso de por fim ao arrocho? Assim pois, embora dispostos a discutir o documento dos companheiros do PCB, achamos que uma proposta de frente não pode conter tais ambiguidades.

" Seria um erro fundamental pensar que a luta pela democracia pode desviar o proletariado da revolução socialista, mascará-la ou obscurecê-la. Ao contrário, do mesmo modo que não pôde haver socialismo triunfante se não se realiza a plena democracia, o proletariado não pode preparar-se para a vitória sobre a burguesia sem travar, sob todos os seus aspectos, uma luta consequente e revolucionária pela democracia. "

Lenin